

a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

<http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine>

N.º 39 — verão de 2012

GÉNERO DOS TOPÓNIMOS — <i>Jorge Madeira Mendes</i>	1
O PARALELO 38 N — <i>Luís Filipe PL Sabino</i>	4
PORTAL DOS TRADUTORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA — <i>Tradução do GARIP</i>	8
O ITÁLICO E AS PALAVRAS ESTRANGEIRAS — <i>Equipa linguística do Departamento de Língua Portuguesa</i>	9
PALAVRAS ADAPTADAS ORTOGRAFICAMENTE — <i>Paulo Correia</i>	13
NOVA ORTOGRAFIA — A EXPERIÊNCIA DA DGT — <i>Paulo Correia</i>	16
PETISCOS DE TRADUÇÃO — <i>José Frederico Ceia Nobre Soares</i>	30

Género dos topónimos

Jorge Madeira Mendes
Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Existem em português designações de países expressamente associadas a um artigo definido — *o* Ceilão, *o* Chile, *o* Egito, *a* Guiné, *o* Japão, *a* Mauritânia, *a* Nicarágua, *a* Nova Zelândia, *o* Paraguai, *a* Suécia, *o* Vaticano, *a* Zâmbia...

Por razões evidentes, a determinação do género destes substantivos próprios não oferece qualquer problema.

Por outro lado, existem designações de países que, em isolado, não comportam qualquer artigo — Angola, Chipre, Israel, Marrocos, Moçambique, Portugal, Timor.

Ora, em determinadas construções, pode ser necessário exprimir um género para estes substantivos. Por exemplo: «as savanas *da* vasta Angola», «a divisão *do* pequeno Chipre⁽¹⁾», «conheci *o* Israel da época pioneira», «passei *pelo* quente Marrocos», «*o* Moçambique da minha infância», «*no* Portugal das minhas origens», «saudação *ao* longínquo Timor».

Nestes casos, a determinação do género faz-se um pouco «a sentimento», ou seja, conforme o substantivo soa mais a feminino ou a masculino.

Os topónimos cujo género suscita maiores dúvidas são os que designam lugares, nomeadamente cidades.

⁽¹⁾ Em relação ao topónimo «Chipre», parece estar a desenhar-se uma tendência para o afetar sistematicamente do artigo definido masculino. Todavia, na ausência de uma consagração «oficial», prefiro ater-me à fórmula tradicional.

Em raros casos, o nome da localidade está tão expressamente associado a um artigo definido — *o* Funchal, *o* Fundão, *a* Guarda, *a* Horta, *o* Porto, *o* Cairo, *a* Corunha, *a* Haia, *o* Havre, *o* Rio de Janeiro — que a determinação do género é pacífica. Mas, ao contrário do que acontece com os nomes de países, estas ocorrências são minoritárias. A regra é os nomes de localidades serem desprovidos de artigo definido.

Como fazer, então, nas construções em que é necessário exprimir um género para estes substantivos? Seguir a mesma regra que para os países, ou seja, atribuir ao nome da cidade um género «a sentimento», conforme ele soe mais feminino ou mais masculino? Seria um critério, tão válido quanto o anterior: deste modo, Lisboa seria feminina, Maputo masculino, Lourenço Marques idem, Paris... talvez masculino (como Hamburgo, como Belgrado?)... Mas Faro seria o quê? E S. Francisco, Berlim, Pequim?...

Ora, existe um outro critério — o do uso consagrado pelos clássicos da língua portuguesa, evocador de uma elegância ultimamente muito descurada. Segundo esse uso, os topónimos designativos de cidades, quando não regidos, em isolado, por artigo definido, remetem-se sistematicamente para o feminino. Assim: «a Lisboa romana», «a Sines industrial», «a mineira Belo Horizonte», «a S. Paulo dos Bandeirantes», «a Paris das Luzes», «a Moscovo da Revolução», «a colorida S. Francisco», «a fria Bruxelas», «a Roterdão do pós-guerra», «a nórdica Oslo», «a grande Buenos Aires», «a Joanesburgo do ouro», «a antiga Lourenço Marques», «a Maputo de hoje⁽²⁾».

Neste particular, atenção ao contágio pela norma francesa, que tende a seguir um sentido exatamente contrário, ou seja, a remeter para o masculino os nomes de localidades não regidos, *per se*, de artigo definido («*le* Lisbonne de Pessoa», «*le* cher Luanda», «*le* Paris de mes rêves», «*le* San Francisco des hippies»).

Particularidades

1. Atentemos nos topónimos que se fazem acompanhar do adjetivo «nova/novo». Tratando-se de países ou territórios, a regência do artigo é sistemática e inequívoca: «a Nova Caledónia», «o Novo México», «a Nova Guiné», «a Nova Gales do Sul», «a Nova Inglaterra».

A particularidade nasce em relação aos topónimos deste grupo que designam cidades: apesar de não naturalmente precedidos de artigo, têm uma conotação de género bem definida, quer no feminino — Nova Iorque, Nova Amesterdão, Nova Goa, Nova Deli, Nova Friburgo, Nova Mazagão e uma miríade de outras localidades brasileiras, bem como, nas antigas colónias portuguesas, Nova Lisboa, Nova Gaia, Nova Freixo, Nova Maceira, Nova Lusitânia — quer, em mais raros casos, no masculino — Novo Redondo (a atual Sumbe, em Angola), um punhado de lugares no Brasil e, em Portugal, Montemor-o-Velho, a que se contrapõe Montemor-o-Novo. Aquando do seu batismo, os nomes destas duas últimas localidades terão sido assumidos como masculinos (*o* «Monte-Maior», um velho, o outro novo), mas, na forma completa, não são precedidos do artigo, que está já incorporado: «vivo *em* Montemor-o-Velho», e não «vivo *no* Montemor-o-Velho»; «passei *por* Montemor-o-Novo», e não «passei *pelo* Montemor-o-Novo».

2. Merecem igualmente atenção quatro casos especiais de designações de países europeus presentes na língua portuguesa desde tempos historicamente remotos: Espanha, França, Inglaterra e Itália.

O artigo definido (feminino, nos quatro casos) pode acompanhá-los sistematicamente, mas em linguagem mais formal pode ser ignorado. Assim, vale o mesmo dizer «viagens *pela* Espanha» ou «viagens *por* Espanha»; «a capital *da* França» ou «a capital *de* França»; «morei *na* Inglaterra» ou

⁽²⁾ O topónimo «Maputo» constitui, em minha opinião, um caso especial: pode ser afetado de artigo definido, que será masculino («aeroporto *do* Maputo», «viver *no* Maputo»), ou incluído no grupo maioritário dos nomes de cidades destituídos de artigo («aeroporto *de* Maputo», «viver *em* Maputo»). Nesta segunda hipótese, se para o topónimo for necessário exprimir um género, deverá este ser feminino.

«morei *em* Inglaterra»; «as paisagens *da* Itália» ou «as paisagens *de* Itália» (qual das alternativas é mais elegante é questão, quanto a mim, subjetiva).

Note-se, contudo, que esta duplicidade não se verifica no português do Brasil, onde os quatro topónimos aqui mencionados são normalmente regidos pelo artigo definido feminino.

3. O topónimo «Madagáscar», destituído, *per se*, de artigo definido, pode, consoante o contexto, ser remetido ao masculino ou ao feminino nas construções que o exijam. Se, por exemplo, pensarmos Madagáscar como ilha, a remissão será para o feminino («viajando pelo mundo, visitei a gélida Gronelândia e a tórrida Madagáscar»); se, porém, nos referirmos ao Estado que com essa ilha coincide, a remissão será, mais logicamente, para o masculino («os mais variados países, desde o antiquíssimo Japão *ao* jovem Madagáscar»).

4. O topónimo «Crato» destaca-se pela visibilidade da sua evolução: embora, em documentação histórica, se depare amiúde com a designação «Câmara Municipal *de* Crato», a verdade é que há muito se associa ao topónimo o artigo definido masculino («vila *do* Crato», «resido *no* Crato», «Prior *do* Crato», «concelho *do* Crato»), pelo que, *in extremis*, podemos considerar que se verifica aqui uma consagração pelo uso.

5. Falo, por último, de topónimos portugueses que não são acompanhados de artigo pelas gentes locais mas em relação a cujas designações está a verificar-se uma evolução duvidosa. Consideremos (longe de exaustivamente) Marvão, Albufeira e Altura. Dizem os respetivos habitantes: «a caminho *de* Marvão», «residir *em* Marvão», «viajar *para* Marvão», «vou *a* Albufeira», «concelho *de* Albufeira», «a praia *de* Altura», etc. No entanto, ouvem-se (e leem-se), com frequência lamentavelmente crescente, expressões como «passar um fim de semana *no* Marvão», «a pousada *do* Marvão», «ter uma casa *na* Albufeira», «férias *na* Altura». Conspícuas desde tempos recentes em certos setores sociais portugueses, tais expressões parecem sobretudo um fenómeno de moda (eventualmente efémera) e, de qualquer modo, são de proveniência alienígena, pelo que não devemos tomá-las como referência⁽³⁾.

Em suma, tratando-se de associar (ou não) artigo definido a um topónimo, deve prevalecer o uso local.

E isso leva-me a Monsanto, o parque florestal da periferia poente de Lisboa que, ao arrepio do uso tradicional, tem vindo a ser afetado de artigo definido pela comunicação social (p. ex., «na descida *do* Monsanto»). Mas aqui hesito em tomar uma posição taxativa, porquanto os autores dessa «deriva» (se assim for lícito chamar-lhe) podem ser considerados «gente local diretamente implicada».

Jorge-Madeira.Mendes@ec.europa.eu



⁽³⁾ Na mais inócua das hipóteses, a construção «o Marvão» terá origem numa incorreta assimilação *ao* Marão, serra transmontana cujo topónimo é efetivamente regido por artigo definido.

O paralelo 38 N

Lúis Filipe PL Sabino

Antigo funcionário — Comissão Europeia; Comité Económico e Social Europeu-Comité das Regiões

A novela que se segue, na qual se alteraram os nomes dos figurantes por respeito para com herdeiros e legatários destes — não fosse daí advirem desagradados e cilícios e zangas insensatas — partiu da observação de um mapa da Coreia, onde o paralelo 38 N teve, como se sabe, um papel relevante. A partir da Coreia andei para leste, ou melhor, percorri com o dedo para o Pacífico, ao norte de Hawai, sobrevoei o extenso território dos EUA, S. Francisco, Gettysburg, Pennsilvânia — latitude 39° 49' 42" N — (julho de 1863, batalha de Gettysburg, guerra civil americana⁽¹⁾), o Atlântico e a nossa amiga corrente do Golfo, sem a qual a nossa Europa seria diferente⁽²⁾, a costa portuguesa. E cheguei a Beja, cidade no paralelo 38,02 N, a nossa Pax Julia. Que está um pouco a sul de Elvas (esta, na latitude 38° 52' 11" N), cidade da raia onde houve, no decurso das eras, bordoadas d'arrebimba o malho com castelhanos & Cia., mas agora a coisa acalmou, para o que talvez tenham contribuído os olés e os caramelos da *viuda Solano*, nunca se sabe.

Ocorreu-me sobre Elvas uma história de um tal António S., de que tinha uns indícios e que resolvi pôr a limpo⁽³⁾. Vai daí, fui à biblioteca de Elvas, aos reservados, tentar obter algo sobre a criatura, sabendo-se, como é público e notório, que tudo o que se passa pelos campos do Alentejo ali está registado e arquivado para memória futura. Foi assim:

Em tempos obscuros, viveu por Elvas um tal António S. — que por mercadejar em suínos tinha o anexim (esta dos anexins é muito comum no Alentejo) de Pé-de-Porco — que havia casado com uma tal D. Sebastiana Soure, nada e criada no termo de Coimbra. Esse tal António S., por questões de negócios, andou pelo país, trocou olhares com a Sebastiana numa função social em casa do Conde de Estarreja e, cartas pra cá, cartas pra lá, com criadagem pelo meio, veio a nupciar-se em Elvas com a dita Sebastiana que, abandonada por um noivo ingrato em vésperas de casamento, já havia desesperado e receado não conhecer a doce e tranquila vida do matrimónio. Enganou-se. O António S. era bruto que se fartava, bebia, ia aos toiros, frequentava espanholas ali por Badajoz e arredores (a Santíssima Trindade, alegava...) e desancava a senhora, que aliás nada disso merecia pois que, sendo temente a Deus e a todos os arcanjos, epistolava-se com uma irmã que, amante de um inglês, residia no Porto e lhe recomendava que desculpasse o António, que os homens são assim e que se deixasse de esquisitices pois que ainda havia pior. A D. Sebastiana resignava-se, mas não deu filhos ao marido. Ele que fosse pregar para outra freguesia.

⁽¹⁾ «Four score and seven years ago our fathers brought forth on this continent, a new nation, conceived in Liberty, and dedicated to the proposition that all men are created equal.

Now we are engaged in a great civil war, testing whether that nation, or any nation so conceived and so dedicated, can long endure. We are met on a great battlefield of that war. We have come to dedicate a portion of that field, as a final resting place for those who here gave their lives that that nation might live. It is altogether fitting and proper that we should do this.

But, in a larger sense, we cannot dedicate — we cannot consecrate — we cannot hallow — this ground. The brave men, living and dead, who struggled here, have consecrated it, far above our poor power to add or detract. The world will little note, nor long remember what we say here, but it can never forget what they did here. It is for us the living, rather, to be dedicated here to the unfinished work which they who fought here have thus far so nobly advanced. It is rather for us to be here dedicated to the great task remaining before us — that from these honored dead we take increased devotion to that cause for which they gave the last full measure of devotion — that we here highly resolve that these dead shall not have died in vain — that this nation, under God, shall have a new birth of freedom — and that government of the people, by the people, for the people, shall not perish from the earth.». Lincoln, Abraham — *Discurso de Gettysburg*, 19.11.1863.

⁽²⁾ «Dans ma famille, de tradition catholique, nos prières se devaient de rendre hommage à Dieu (pour l'ensemble de son oeuvre), et tout de suite après au Gulf Stream. Chaque fois que nous sortions, grelottants, de nos bains glacés de Bretagne, une grand-mère ou une tante était là pour s'exclamer: "Remercie donc le Gulf Stream! Sans lui notre mer serait froide."» Orsenna, Érik — *Portrait du Gulf Stream: éloge des courants*, Paris, Éditions du Seuil, 2005.

⁽³⁾ Ao Manuel Silveira, que sabe destas coisas.

Este, a certa altura da vida mercantil, amigou-se com uma jovem em Borba⁽⁴⁾, filha de um tal Núñez, espanhol de Cáceres, que fugira de Espanha porque vendera 125 perus e um burro que não lhe pertenciam e despachara um cigano com três facadas, numa rixa na feira de Trujillo. Tinha atrás de si uma família de ciganos desvairados, raivosos, armados de caçadeiras e de fueiros prontos prá porrada e a Guardia Civil — tudo em grande polvorosa, o que era motivo suficiente para o Núñez atravessar a raia, abandonando em Espanha uma pobre senhora que, desconsolada, fugiu com um vendedor ambulante de Villanueva de la Serena e nunca mais deu novas. A vida é assim. O pai da jovem, o tal Núñez, viu naquela relação com o António S. um modo de iniciar uma nova vida ali por Elvas e sair da cepa torta, propondo ao António S. negócios que, se este aceitasse, o teriam conduzido ao Torel, às garras dos beleguins e a pendências sem fim nos tribunais... se porventura não lhe dessem antes cabo do canastro para arrumar a coisa de vez. Mas a jovem, à imagem do pai, não era de fiar. Ruim como era, lá se lembrou de causar ciúmeira ao António S. e este pensou: aí é assim então toma lá e deu-lhe uns tabefes que lhe pôs os olhos à Belenenses e a amandou pró hospital, que ainda não pertencia ao SNS, pois que a estória é dos tempos em que os animais falavam. O amor tem disto. O pai da miúda não gostou do sucedido e andou com uma picareta pelas ruas de Borba e de Elvas e pelos campos frumentários atrás do malvado. Mas felizmente deu de súbito — ao tal Núñez, espanhol de Cáceres — o badagaio, que o mandou prá cova e a coisa morreu por si. A vida prosseguiu.

O António S. foi a certa altura mordido na mão por um dos cevados que, em dia de mercado, tentava fazer subir para um carro de canudo tirado por muar que já tinha tido melhores dias; aquilo não foi bem tratado e lá amputaram dois dedos ao homem. Pensou então na vida e na maldade das pessoas. Projetou entrar no seminário, recolher-se ao colo da Igreja, viver paramentado entre círios e incenso e beatas, escarnecer do século e das vaidades deste. Ficou-se pelo anteprojeto. Então vai de dizer que queria um filho, um varão, claro. A coisa complicava-se. A D. Sebastiana, como se disse, embora submissa, não foi nessa e mandava-o à fava a esse respeito, que daqui não levas nada. O vinho e as espanholas davam ao António S. a guarida de que carecia. Elas diziam-lhe que *sí, cariño, tu mujer es muy rara*, etc. Mas a coisa não se resolvia. E a vida prosseguia veloz pela estrada fora como uma égua lusitana.

Passou de novo o António S. por Coimbra. Lá adregou com uma alma solitária que, ao engano, se dispôs a dar descendência ao nosso António. E no tempo próprio veio ao mundo um varão de cabelos pretos e tez morena.

A vida continuou ainda. A D. Sebastiana estava a leste de tudo, ignorando-se em que longitude. E até nem se interessava pelas andanças do pardal seu marido. O cachopo cresceu e estudava e não mariolava; via de vez em quando o pai (que queria que ele seguisse a carreira militar, que dava autoridade, cantina e barbeiro) que também por vezes lhe despachava umas galhetas toma lá que é para aprenderes e o pôs a trabalhar, uns dias, numa abegoaria, pra ele não pensar qu'isto aqui é o da Joana. A mãe do garoto fazia a escrita num armazém de retém, coisa pouca, mas a vida era barata. O rapaz, em quem o prior da freguesia via talento, lá conseguiu por portas travessas ir para o curso de leis em Coimbra e a história acaba aqui.

Mas já que se fala em leis e coisas assim, deixem que me refira brevemente à Diretiva 2012/13/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2012, relativa ao direito à informação em processo penal⁽⁵⁾ que visa adotar a medida B do Roteiro para o Reforço dos Direitos Processuais dos Suspeitos ou Acusados em Processos Penais⁽⁶⁾.

⁽⁴⁾ Um parente ulterior desta morreu em combate em Angola (Nambuangongo, 1961) — v. «A espingarda Mauser» in «a folha», n.º 28 — outono de 2008, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha28_pt.pdf.

⁽⁵⁾ Diretiva 2012/13/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2012, relativa ao direito à informação em processo penal, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:142:0001:0010:PT:PDF>.

⁽⁶⁾ Resolução do Conselho, de 30 de novembro de 2009, sobre um Roteiro para o reforço dos direitos processuais dos suspeitos ou acusados em processos penais, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2009:295:0001:0003:PT:PDF>.

A propósito da medida A prevista naquele Roteiro, «a folha» n.º 34, do outono de 2010, p.4⁽⁷⁾, teceu algumas considerações sobre a redação de uns preceitos constantes da diretiva 2010/64/UE⁽⁸⁾, de 20 de outubro de 2010. A diretiva agora publicada — a 2012/13/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2012 — insiste em alguns passos em redação que me parece dever ser melhorada.

Assim, alguns exemplos curtos para não arreliar o pessoal:

Artigo 2.º **Âmbito de aplicação**

1. A presente diretiva é aplicável a partir do momento em que a uma pessoa seja comunicado pelas autoridades competentes de um Estado-Membro de que é suspeita ou acusada da prática de uma infração penal e até ao termo do processo, ou seja, até ser proferida uma decisão definitiva sobre a questão de saber se o suspeito ou acusado cometeu a infração penal, incluindo, se for caso disso, até que a sanção seja decidida ou um eventual recurso seja apreciado.

2. Caso a lei de um Estado-Membro determine que, no caso de infrações de menor gravidade, as sanções sejam impostas por uma autoridade que não é um tribunal competente em matéria penal e que a imposição dessa sanção é passível de recurso para um tribunal com essas características, a presente diretiva só se aplica à ação que correr termos nesse tribunal, na sequência do recurso.

Redação proposta para o n.º 1: *A presente diretiva é aplicável a quem as autoridades competentes de um Estado-Membro comunicarem que é suspeito ou acusado da prática de uma infração penal e até ao termo do processo, ou seja, até à decisão definitiva sobre se essa pessoa cometeu a infração penal, incluindo, se for o caso, a sentença e a decisão proferida em recurso.*

Redação proposta para o n.º 2: *Prevendo a legislação de um Estado-Membro que, no caso de infrações de menor gravidade, as sanções sejam aplicadas por uma autoridade que não é um tribunal competente em matéria penal e que essa aplicação é suscetível de recurso para um tribunal com essas características, a presente diretiva só se aplica ao recurso nesse tribunal.*

Artigo 6.º **Direito à informação sobre a acusação**

1. Os Estados-Membros asseguram que os suspeitos ou acusados recebam informações sobre o ato criminoso de que sejam suspeitos ou acusados de ter cometido. Estas informações são prestadas prontamente e com os detalhes necessários, a fim de garantir a equidade do processo e de permitir o exercício efetivo dos direitos de defesa.

2. Os Estados-Membros asseguram que os suspeitos ou acusados que sejam detidos ou presos sejam informados das razões para a sua detenção ou prisão, incluindo o ato criminoso de que sejam suspeitos ou acusados ter cometido.

Redação proposta para o n.º 1: *Os Estados-Membros asseguram que os suspeitos ou acusados sejam informados sobre o facto penalmente sancionado que lhes é imputado. Estas informações são prestadas prontamente e com os detalhes necessários, a fim de garantir a equidade do processo e de permitir o exercício efetivo dos direitos de defesa.*

⁽⁷⁾ «Aine Mac Carthaigh» in «a folha», n.º 34 — outono de 2010,

http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha34_pt.pdf.

⁽⁸⁾ Diretiva 2010/64/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro de 2010, relativa ao direito à interpretação e tradução em processo penal, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2010:280:0001:0007:pt:PDF>.

Redação proposta para o n.º 2: *Os Estados-Membros asseguram que os suspeitos ou acusados detidos ou presos sejam informados das razões para a sua detenção ou prisão, incluindo o facto que lhes é imputado.*

Artigo 7.º

Direito de acesso aos elementos do processo

1. Caso uma pessoa seja detida e presa em qualquer fase do processo penal, os Estados-Membros asseguram que sejam facultados aos detidos, ou aos seus advogados, os documentos relacionados com o processo específico que estejam na posse das autoridades competentes e que sejam essenciais para impugnar eficazmente, nos termos do direito nacional, a legalidade da detenção ou prisão.

Redação proposta para o n.º 1: *A quem for detido ou preso em processo penal os Estados-Membros asseguram que, a ele ou aos seus advogados, sejam facultados os documentos relacionados com o processo de que as autoridades disponham e que, segundo o direito nacional, sejam essenciais para a impugnação eficaz da legalidade da detenção ou da prisão.*

Notas dispersas

A propósito de redações menos aceitáveis (ou perfectíveis): eu sei que há tradições e imposições institucionais que confinam de certo modo a margem de «inovação» do tradutor-funcionário, que tal varia de instituição para instituição (União Europeia), que depende da posição da Tradução no organograma e da força «política» desta, havendo nesse plano ainda muito a fazer. Mas há, claro, que avançar com cautela porque a matéria é delicada, nomeadamente na produção de traduções de legislação (em geral a publicada na série L do Jornal Oficial).

Mas ocorre-me agora outra coisa: em repartição autárquica, mas isso está difundido, li em sinalética afixada que se rececionavam documentos... etc. Porquê rececionar (ou recepcionar)? V. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, que desaconselha o uso de tal verbo, se bem que as coisas se vão instalando e quem faz a língua é o... povo.

Outra que se instalou e que, como se dizia do Toyota nos anos 70, veio para ficar: termos de referência⁽⁹⁾ no sentido de atribuições; é uma expressão dispensável que não explica nada... a não ser a ignorância de quem começou a utilizá-la.

luis.f.sabino@gmail.com



⁽⁹⁾ Utilizado, v.g. nos «Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa», artigos 6.º e 8.º (Decreto 12/2012, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 115, 15 de junho de 2012, <http://www.dre.pt/pdf1s/2012/06/11500/0300903012.pdf>) e no artigo 6.º dos «Estatutos do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.» (Portaria 194/2012, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 118, 20 de junho de 2012, <http://www.dre.pt/pdf1s/2012/06/11800/0305703061.pdf>).

Portal dos Tradutores da Administração Pública

Tradução do GARIP
Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo — Assembleia da República

O Portal dos Tradutores da Administração Pública (<http://www.tradutores-ap.org>) surge na sequência da realização dos Encontros de Tradutores da Administração Pública, durante os quais foi identificada a necessidade de se estabelecer um ponto de contacto entre todos os tradutores da Administração Pública e de outras instituições nacionais e comunitárias.



Figura 1 — Página de apresentação

O portal (figura 1), desenvolvido pelos serviços da Assembleia da República para todos os tradutores da Administração Pública, é um espaço de partilha de conteúdos e tem como objetivo fomentar o debate de ideias, a troca de experiências e práticas comuns, bem como esclarecer dúvidas.

O portal reúne diversas remissões para conteúdos de interesse para o trabalho dos tradutores, desde *legislação* relativa à área da tradução, ligações a publicações especializadas (menu *bibliografia*), informações sobre temas específicos, como o *acordo ortográfico*, sem esquecer todas as notícias relativas aos *Encontros de Tradutores*.

Neste conjunto de menus podemos ainda encontrar ligações para diversas instituições portuguesas e europeias (menu *ligações institucionais*) e *outras ligações* para páginas mais especializadas nas áreas de tradução e de terminologia. Aqui incluem-se, por exemplo, páginas de diversos serviços de tradução institucionais que se encontram na Internet, páginas que apresentam recursos úteis, páginas de associações de tradução e de terminologia, entre outras (figura 2).

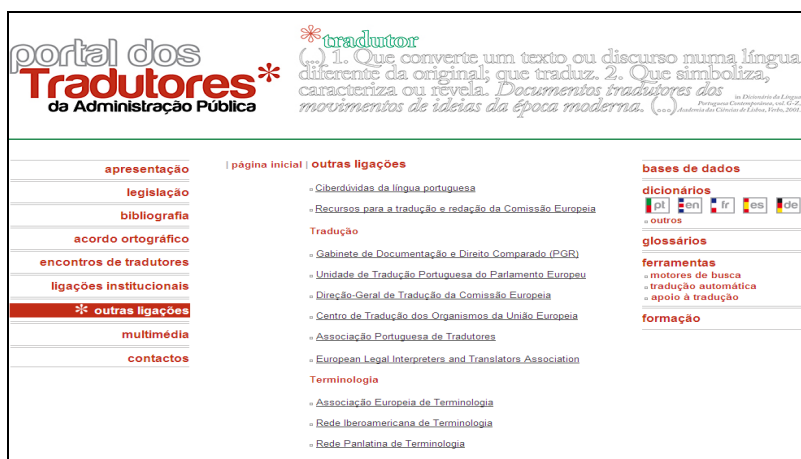


Figura 2 — Outras ligações

Do lado direito do portal encontra-se uma área dedicada a recursos de apoio à tradução, como sendo *bases de dados* (figura 3), *dicionários* em diversas línguas, *glossários*, entre outras, mas também ligações a outro tipo de *ferramentas* disponíveis na Internet.



Figura 3 — Bases de dados

Existe, ainda, um menu *formação*, através do qual é possível ter acesso a informações sobre diversos cursos com interesse para os profissionais das áreas da tradução e da terminologia.

A Assembleia da República, enquanto dinamizadora dos Encontros e do portal, apela a uma utilização do *site* por todos os tradutores, para que o mesmo seja a ferramenta de trabalho que constitui o objetivo da sua criação. Assim, todos os conteúdos relevantes a disponibilizar podem ser enviados para o endereço de correio eletrónico tradutores.ap@ar.parlamento.pt.

tradutores.ap@ar.parlamento.pt



O itálico e as palavras estrangeiras

*Equipa linguística do Departamento de Língua Portuguesa
Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia*

O *Código de Redação Interinstitucional* (Anexo B — Uso do itálico⁽¹⁾), recentemente revisto, indica que o **itálico** se emprega para destacar, entre outros casos:

- títulos de obras literárias, jornais, revistas e outras publicações similares, desde que seja citado o seu nome completo: *The Times*, *Jornal Oficial da União Europeia*, etc.;
- nomes próprios de navios, aeronaves, marcas, etc.: o pacote *Príncipe Perfeito*, a marca *Jaguar*, etc.;
- títulos de produções artísticas e obras de arte em geral (filmes, quadros, peças musicais, pinturas, esculturas, etc.): *O Conde de Monte Cristo*, a *Guernica* de Picasso, etc.;
- nomes científicos de animais e vegetais: *Glossina palpalis* (mosca-tsé-tsé), *Elaeagnus angustifolia* (oliveira-do-paraíso), etc.;
- **locuções e palavras latinas e estrangeiras** (...).

⁽¹⁾ *Código de Redação Interinstitucional*. «Anexo B – Uso do itálico», <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5010100.htm>.

Em linha com o Código de Redação, o *Guia do Tradutor*⁽²⁾ do departamento de língua portuguesa da Direção-Geral da Tradução (DGT) adota as orientações constantes do artigo 18.º das regras de legística do governo português⁽³⁾.

Expressões em idiomas estrangeiros

1 — O uso de **vocabulos em idioma estrangeiro** só é admissível quando não exista termo correspondente na língua portuguesa ou se, na matéria em causa, não estiver consagrada a sua utilização.

2 — Sempre que for necessário escrever uma **palavra em idioma estrangeiro**, deve ser utilizado o itálico.

Nos textos portugueses da DGT usa-se, portanto, o itálico para destacar as palavras estrangeiras e latinas (estrangeirismos e latinismos).

No entanto, é colocada por vezes a questão de saber se o registo em obras lexicográficas de palavras tomadas a outras línguas (empréstimos) as torna automaticamente palavras portuguesas de pleno direito — isto é, dispensadas de itálico — mesmo que não respeitem a grafia do português (ou a relação entre grafia e pronúncia).

Todos os corretores, vocabulários e dicionários de referência de consulta habitual na DGT (com a exceção da Infopédia da Porto Editora) concordam que *software*, *dumping*, etc. são palavras estrangeiras — logo a grafar com **itálico**, de acordo com as convenções interinstitucionais.

Em conclusão, é a ortografia (determinada por regras específicas enunciadas em acordos ortográficos) e não a presença num dicionário de língua portuguesa que confere a uma palavra o estatuto de palavra portuguesa.

N.B.: O que fica dito atrás em relação ao uso do itálico aplica-se apenas ao vocabulário comum e não a nomes de pessoas, instituições, empresas, etc. Os nomes estrangeiros, mesmo não traduzidos, escrevem-se com o mesmo tipo de letra que se utilizaria para os nomes portugueses:

George W. Bush
Food Standards Agency
Électricité de France

Em **anexo**, apresenta-se, como exemplo, a forma como a palavra *software* é tratada em várias obras de referência. *Software* é a palavra de ortografia estrangeira mais utilizada nos textos portugueses da Comissão Europeia, seguida de perto por *dumping*.

DGT-PT-LINGUISTIC-TEAM@ec.europa.eu

Software em obras de referência:

1. A palavra *software* é citada pelo *Código de Redação Interinstitucional* na lista de algumas locuções e palavras latinas e estrangeiras a compor em itálico.

⁽²⁾ Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia — *Guia do Tradutor*, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/guidelines/documents/styleguide_portuguese_dgt_pt.pdf.

⁽³⁾ Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2010 que aprova o Regimento do Conselho de Ministros do XVIII Governo Constitucional e concretiza diversas medidas do programa de simplificação legislativa SIMPLERIS: Anexo II — Regras de legística na elaboração de atos normativos pelo XVII Governo Constitucional, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 197, 11 de outubro de 2010, <http://www.dre.pt/pdf1s/2010/10/19700/0442104433.pdf>.

2. Se no corretor ortográfico *FLiP 8* se ativar o corretor gramatical, a palavra *software* aparece sublinhada a verde ondulante, com a mensagem «Verifique se os estrangeirismos e os latinismos estão em itálico».

3. O *Vocabulário Ortográfico Português* (VOP)⁽⁴⁾, que apenas existe em formato eletrónico, indica claramente que *software* é um estrangeirismo do inglês.

soft-**wa**-re
paradigma flexional: casa
singular software
plural softwares
estrangeirismo de inglês

4. Na versão eletrónica do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP) da Academia Brasileira de Letras, a palavra *software* deve ser pesquisada em «Busca de Palavras Estrangeiras»⁽⁵⁾. Na versão em papel, *software* aparece em itálico no anexo «Palavras estrangeiras».

software s.m. ing.

5. No *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, em linha, a palavra *software* é apresentada como palavra inglesa e grafada em itálico, acompanhada de uma transcrição para português.

software |softuére|
(**palavra inglesa**, de *soft*, mole + *ware*, mercadoria)
s. m.
[Informática] Conjunto de programas, processos e regras, e, eventualmente, de documentação, relativos ao funcionamento de um conjunto de tratamento da informação (por oposição a *hardware*).
Plural: *softwares*.

6. No *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa, a palavra é indicada como inglesa e acompanhada de uma transcrição fonética com o alfabeto fonético internacional.

software [...]. s. m. (Ingl.). *Inform.* Conjunto dos programas que definem sequências de instruções interpretáveis e executáveis pelos computadores, as quais possibilitam a implementação das funções para que os programas são elaborados. «O que o computador usa são séries de comandos — leia-se programas, suportes lógicos, enfim, aquilo que os ingleses chamam 'software'» (*Expresso*, 26.6.1993). Pl. *softwares*.

7. O *Novo Dicionário Aurélio* antecede a palavra *software* com o sinal ➔, que indica tratar-se de palavra ou expressão estrangeira, e, sempre que a palavra aparece no texto de outros verbetes, representa-a em itálico⁽⁶⁾.

➔ **software**
[...] [Ingl., voc. cunhado por analogia com *hardware* (q. v.), de *soft*, ‘macio’, ‘mole’ + *ware*, ‘artigo’, ‘utensílio’.]
Substantivo masculino. Inform.

⁽⁴⁾ O *Vocabulário Ortográfico do Português* (<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=vop&page=info>), desenvolvido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), foi adotado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, <http://www.dre.pt/pdf1s/2011/01/01700/0048800489.pdf>.

⁽⁵⁾ Academia Brasileira de Letras — *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa: Busca de Palavras Estrangeiras*, <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=24>

⁽⁶⁾ Por exemplo: [portabilidade] Capacidade que um *hardware* ou um *software* possui de ser conectado a diferentes tipos de computadores.

1. Em um sistema computacional, o conjunto dos componentes que não fazem parte do equipamento físico propriamente dito e que incluem as instruções e programas (e os dados a eles associados) empregados durante a utilização do sistema.

2. Qualquer programa ou conjunto de programas de computador:

um software para processamento de texto. [Tb. se usa sem flexão do pl., tal como em ingl.]

8. O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* indica que *software* é uma palavra inglesa e representa-a com transcrição fonética.

software [...] [ing.] s.m. (c1965) INF 1 conjunto de componentes lógicos de um computador ou sistema de processamento de dados; programa, rotina ou conjunto de instruções que controlam o funcionamento de um computador; suporte lógico ☞ p.opos. a *hardware* (suporte físico); tb. se diz apenas *soft* 2 p.met. qualquer programa armazenado em discos ou circuitos integrados de computador, esp. destinado a uso com equipamento audiovisual ☉ ETIM ing. *software* (1960) 'id.', do ing. *soft* 'suave(s), leve(s)' + *ware* 'artigos, bens'.

9. O *iDicionário Aulete* também indica que *software* é uma palavra inglesa, fazendo-a acompanhar por uma transcrição para português, e representa-a em itálico sempre que a palavra aparece no texto de outros verbetes⁽⁷⁾.

⊗ (Ing./sóftuer/) Inf.

sm.

1. Em computador ou sistema de computação, os elementos não físicos de processamento de dados, como programas, sistemas operacionais etc. [Cf.: *hardware*]

2. P.ext. Qualquer programa de computador

10. Apenas o *Dicionário da Língua Portuguesa* da Infopédia da Porto Editora indica software como palavra portuguesa derivada do inglês *software*, fazendo-a acompanhar de uma transcrição fonética (com visualização *sui generis* no ecrã do computador).

software [sóft'wÈr]

nome masculino

1. INFORMÁTICA conjunto dos meios não materiais (em oposição a *hardware*) que servem para o tratamento automático da informação e permitem o «diálogo» entre o homem e o computador

2. INFORMÁTICA conjunto de programas que possibilita o funcionamento do computador no tratamento do problema que lhe é posto

(Do inglês *software*)

N.B.: No entanto, na edição em papel do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* da Porto Editora, a palavra *software* apenas aparece no anexo Estrangeirismos. Antes da 8.ª edição (1998), o *Dicionário da Língua Portuguesa* da Porto Editora incluía a palavra *software* tanto no apêndice das «palavras e locuções estrangeiras usadas na linguagem escrita e na linguagem falada» como no corpo principal do dicionário, onde aparecia em itálico.



⁽⁷⁾ Por exemplo: [portabilidade] Qualidade de *hardware*, *software* ou de qualquer de seus elementos, que lhes permite serem utilizados em qualquer computador (às vezes mediante adaptações).

Palavras adaptadas ortograficamente

Paulo Correia

Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Muitos colegas que utilizam em textos traduzidos palavras estrangeiras cujo uso se tem consagrado em Portugal (em certos casos em substituição de palavras portuguesas) mostram um certo cansaço com a obrigatoriedade de utilizar o **itálico** (ou as aspas) nessas palavras, tal como disposto pelo *Código de Redação Interinstitucional*⁽¹⁾ e pelo *Guia do Tradutor*⁽²⁾.

Em teoria, é consensual que, para evitar o uso do itálico, o ideal é utilizar sempre palavras e termos portugueses — isto é, **traduzir**. Assim, por exemplo:

correio eletrónico	em vez de	<i>e-mail, email</i>
grupo de trabalho	em vez de	<i>workshop</i>
saber; saber-fazer	em vez de	<i>know-how</i>
camisola de manga curta	em vez de	<i>t-shirt</i>

No entanto, na prática, surgem em muitos casos argumentos contra a tradução. O argumento principal é que a comunidade técnica nacional utiliza um termo estrangeiro⁽³⁾ — daí decorre que a tradução poderia prejudicar a compreensão do texto português.

No caso de novos conceitos, o argumento é que a tradução poderia dificultar a pesquisa de informação adicional sobre o conceito, pois seria a primeira vez que se estaria a utilizar um termo português — a tradução seria um obstáculo à comunicação.

Na verdade, a utilização (moderada) de empréstimos sempre foi um mecanismo de enriquecimento do léxico português. Alguns estrangeirismos têm uma existência efémera, mas, quando a palavra estrangeira «pega», a língua tende a apropriar-se dela adaptando-a, primeiro oralmente e depois ortograficamente — isto é, **aportuguesando-a**.

O aportuguesamento oral é, por exemplo, facilmente detetável nos plurais, que se afastam rapidamente dos plurais na língua de origem⁽⁴⁾. Alguns exemplos de aportuguesamento oral e ortográfico consensual:

filme / filmes	em vez de	<i>film / films</i>
líder / líderes	em vez de	<i>leader / leaders</i>
repórter / repórteres	em vez de	<i>reporter / reporters</i>
revólver / revólveres	em vez de	<i>revolver / revolvers</i>

Em meados do século XX, alguns jornalistas levaram a cabo, com grande desenvoltura, o aportuguesamento generalizado de termos desportivos, quando a tradução direta não foi possível ou não se impôs. Como os neologismos «balípoda», «bolapé», «ludopédio» ou «pedibola» não vingaram,

⁽¹⁾ *Código de Redação Interinstitucional*. «Anexo B – Uso do itálico», <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5010100.htm>.

⁽²⁾ Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia — *Guia do Tradutor*, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/guidelines/documents/styleguide_portuguese_dgt_pt.pdf.

⁽³⁾ Em certos casos, como em Economia, boa parte da comunidade técnica forma ou foi formada na matéria em língua inglesa (mesmo em universidades públicas portuguesas) e quando tem de exprimir-se em português refugia-se muitas vezes em termos ingleses de origem germânica ou em decalques frequentemente incorretos de termos ingleses de origem latina. Nesta atitude são, depois, copiados pela comunicação social e por outros, alargando-se a comunidade de utilizadores dos termos, mas não necessariamente a comunidade daqueles que entendem totalmente o significado dos termos — a manutenção de um termo na língua do original dá uma sensação de segurança quando não se conhece ou não se compreende bem um conceito.

⁽⁴⁾ Aparentemente o castelhano tem mais dificuldades na adaptação oral dos plurais de estrangeirismos. Ver «O castelhano das dobragens: interferências do inglês no castelhano contemporâneo» no n.º 36 d'«a folha» — verão de 2011, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha36_pt.pdf.

aportuguesou-se *foot-ball* ou *football* e passou a escrever-se **futebol**⁽⁵⁾, assim como futebolista, futebolístico, futebolisticamente. Outros exemplos quase sempre indiscutíveis:

andebol ⁽⁶⁾	em vez de	<i>handball</i>
basquetebol; básquete	em vez de	<i>basketball</i>
hóquei ⁽⁷⁾	em vez de	<i>hockey</i>
râguebi ⁽⁸⁾	em vez de	<i>rugby</i>
voleibol; vólei	em vez de	<i>volleyball</i>

Já no século XXI, o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa deu um novo impulso ao processo de adaptação ortográfica de palavras estrangeiras, legitimando aportuguesamentos existentes e aportuguesando mais algumas palavras, mesmo com recurso a sequências consonânticas até aí não utilizadas — é o caso, muito discutido, de **stresse**⁽⁹⁾. Na prática, muitos aportuguesamentos, apesar de registados em dicionários e vocabulários da língua portuguesa, continuam a concorrer com as respetivas ortografias estrangeiras (em itálico). Alguns exemplos:

blêizer / blêizeres	concorrendo com	<i>blazer / blazers</i>
brífungue / brífungues	concorrendo com	<i>briefing / briefings</i>
buldózer / buldózeres	concorrendo com	<i>bulldozer / bulldozers</i>
copidesque / copidesques	concorrendo com	<i>copy desk / copy desks</i>
hambúrguer / hambúrgueres	concorrendo com	<i>hamburger / hamburgers</i> ⁽¹⁰⁾
holígane / holíganos ⁽¹¹⁾	concorrendo com	<i>hooligan / hooligans</i>
lóbi / lóbis	concorrendo com	<i>lobby / lobbies</i>
póster / pósteres	concorrendo com	<i>poster / posters</i>
tablete / tabletes	concorrendo com	<i>tablet / tablets</i>

No caso particular dos galicismos, parece verificar-se atualmente uma maior tendência para o abandono da ortografia francesa. Alguns exemplos:

abajur / abajures	em vez de	<i>abat-jour / abat-jours</i>
ateliê / ateliês	em vez de	<i>atelier / ateliers</i>
cupão / cupões	em vez de	<i>coupon / coupons</i>
dossiê / dossiês	em vez de	<i>dossier / dossiers</i>

O uso dos estrangeirismos tem muito a ver com a identificação e/ou vontade de imitar outra cultura. Porém, nada é eterno. Exemplos de conceitos em que o francês parece estar a ser substituído pelo inglês:

<i>pochette</i> (fr)	>	pochete (pt)	>	<i>clutch</i> (en)	>	?
<i>rimmel</i> (fr)	>	rímel (pt)	>	<i>mascara</i> (en)	>	máscara (pt)

⁽⁵⁾ De acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, a palavra *foot-ball* começou a ser utilizada em finais do século XIX e a palavra futebol em 1933.

⁽⁶⁾ No Brasil utiliza-se, preferencialmente, a variante handebol.

⁽⁷⁾ A variante óquei ficou registada no nome do Óquei Clube de Barcelos, <http://www.ocbarcelos-sad.com/>.

⁽⁸⁾ O râguebi é por excelência um desporto universitário. A federação portuguesa usa a grafia *rugby*, <http://www.fpr.pt/>.

⁽⁹⁾ No Brasil: estresse.

⁽¹⁰⁾ *Hamburger(s)*: híbrido com 26.000 ocorrências em Google site:pt e registado no *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, <http://www.priberam.pt/dlpo/>.

⁽¹¹⁾ Telmo Móia defende a aceitação na norma ortográfica portuguesa de **palavras sobresdrúxulas**, o que facilitaria o aportuguesamento ortográfico de muitas palavras estrangeiras. Húliganes, quéniones, gânguesteres, márquetingue, quêiteringue, snórquelingue ou lóbiingue são alguns dos exemplos mencionados por Telmo Móia em «Algumas áreas problemáticas para a normalização linguística — disparidades entre o uso e os instrumentos de normalização» in «Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística», Lisboa, APL, 2004, p. 109-125, http://www.clul.ul.pt/files/telmo_moia/tmoia_apl2004.pdf.

O *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* tem um curioso sistema de transcrição fonética com recurso a letras do alfabeto e a diacríticos prosódicos (e não aos símbolos fonéticos internacionais)⁽¹²⁾. Se a essas transcrições aplicarmos as regras ortográficas usuais do português obtemos possíveis aportuguesamentos como **búlingue** (de |búlingue|) ou **sarfe** (de |sârfe|). Outros exemplos, que permitem, logicamente, uma maior aproximação à pronúncia efetiva dos plurais:

arduere / ardueres	de ãrduére	em vez de	<i>hardware / hardware's</i>
chequine / chequines	de chèquïne	em vez de	<i>check-in / check-ins</i>
chipe / chipes	de chipe	em vez de	<i>chip / chips</i>
coquepite / coquepites	de coquepite	em vez de	<i>cockpit / cockpits</i>
disáiner / disáineres	de dizáiner	em vez de	<i>designer / designers</i>
imeile / imeiles	de imeile	em vez de	<i>e-mail / e-mails</i>
linque / linques	de linque	em vez de	<i>link / links</i>
pene / penes	de pêne	em vez de	<i>pen / pens</i>
softuere / softueres	de softuére	em vez de	<i>software / softwares</i>
sprede / spredes	de spréde	em vez de	<i>spread / spreads</i>
tixarte / tixartes ⁽¹³⁾	de tichârte	em vez de	<i>t-shirt / t-shirts</i>
uorquexope / uorquexopes	de uôrquechòpe	em vez de	<i>workshop / workshops</i>
váucher / váucheres	de váuchèr	em vez de	<i>voucher / vouchers</i>

No entanto, como referido no início, o que parece legítimo esperar de um serviço de tradução é que utilize preferencialmente **terminologia portuguesa**, evitando, sempre que possível, estrangeirismos ou, no limite, optando por aportuguesamentos já registados. Isto, mesmo que em Portugal, por fenómenos que talvez os sociólogos pudessem explicar, uma parte da comunidade técnica privilegie terminologia estrangeira. Na base terminológica **IATE**⁽¹⁴⁾ procura sempre registar-se equivalentes em língua portuguesa para os vários conceitos, recorrendo, se necessário, à terminologia utilizada pelas comunidades técnicas de outros países lusófonos.

Paulo.Correia@ec.europa.eu

P.S.: Não se deve esquecer que as palavras estrangeiras uma vez incorporadas no português podem ganhar sentidos diferentes do original, sendo fonte de desentendidos quando as utilizamos na língua original. Recomenda-se, assim, algum cuidado na «retroversão»⁽¹⁵⁾. Exemplos:

I've some photos in my pen (não, não é numa caneta, é numa *USB drive*)

I connected myself to the web using my pen (... é um *USB modem*)

I had a look in the Commission's site (não, não foi nas instalações, foi no *website* da Comissão)



⁽¹²⁾ O *iDicionário Aulete* segue procedimento idêntico, http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital.

⁽¹³⁾ Utiliza-se o «x» para transcrever o «sh» inglês e o «ch» para representar o «ch» inglês. Exemplos do uso do «x»: xelim (*shilling*), xerife (*sheriff*).

⁽¹⁴⁾ IATE, <http://iate.europa.eu/>.

⁽¹⁵⁾ Ver também, a este respeito, o artigo «Variante portuguesa do inglês? Dois ou três exemplos» no n.º 30 d'«a folha» — verão de 2009, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha30_pt.pdf.

Nova ortografia — a experiência da DGT

Paulo Correia

Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

[Texto baseado numa comunicação apresentada no III Encontro de Tradutores da Administração Pública, Assembleia da República, Lisboa, 28 de maio de 2012.]

A circulação rodoviária pela direita parece-nos algo de natural. No entanto, o sentido da circulação automóvel é uma **convenção** — em Portugal circulou-se pela esquerda até 31 de maio de 1928. Apesar de haver então bastante menos trânsito, a resistência à mudança terá sido algo temerária e não terá durado muitos dias!

A ortografia é também apenas uma convenção, que tem evoluído com o tempo — sempre com mais ou menos resistência dos que já sabiam escrever! Afinal, há um tempo para tudo. A ortografia que aprendemos e pela qual fomos avaliados nos **primeiros anos de escolaridade** passou a ser para nós a ortografia de referência do português⁽¹⁾ — o momento em que a língua portuguesa teria atingido a «maturidade» ortográfica⁽²⁾.

A quem entrou para a escola primária depois de 1973 depara-se-lhe agora a primeira mudança de ortografia. No entanto, os mais velhos ainda na vida ativa aprenderam a escrever com acento grave palavras como amavelmente ou cházinho.

1. *Ortografia(s)*

Mas se recuarmos bastante no tempo, podemos verificar, por exemplo, que: em 1578, *Os Lusíadas* foram editados com uma ortografia fonética diferente da atual,

*As armas, & os barões aßinalados,
Que da Occidental praya Lufitana,
Por mares nunca de antes nauçados,
Paßfaram, ainda alem da Taprobana,
Em perigos, & guerras eßforçados,
Mais do que prometia a força humana.
E entre gente remota edificarão
Nouo Reino, que tanto fublimarão.*

que o Código Comercial Português de 1888, ainda em vigor, foi publicado com uma ortografia dita etimológica ou pseudoetimológica

Art.º 1.º A lei commercial rege os actos de commercio, sejam ou não commerciantes as pessoas que n'elles intervem.

Art.º 2.º Serão considerados actos de commercio todos aquelles que se acharem especialmente regulados n'este codigo, e, alem d'elles, todos os contractos e obrigações dos commerciantes, que não forem de natureza exclusivamente civil, se o contrario do proprio acto não resultar.

Art.º 3.º Se as questões sobre direitos e obrigações commerciaes não podérem ser resolvidas, nem pelo texto da lei commercial, nem pelo seu espirito, nem pelos casos analogos n'ella prevenidos, serão decididas pelo direito civil.

⁽¹⁾ «Todos os meus discursos saem com o acordo ortográfico mas eu quando estou a escrever em casa tenho alguma dificuldade e mantenho aquilo que aprendi na escola. Mas isso é algo privado em casa, coisa diferente é a divulgação oficial de todos os documentos da Presidência» in «Acordo Ortográfico: Cavaco elogia mas em casa ainda escreve à moda antiga», *SoI*, 22 de maio de 2012, http://sol.sapo.pt/inicio/Politica/Interior.aspx?content_id=49998.

⁽²⁾ Também subjetivamente, a «maturidade» terminológica da língua portuguesa terá sido alcançada no momento em que passámos pelos bancos da universidade.

e que Fernando Pessoa, até 1935, ano da sua morte, sempre se recusou a utilizar a ortografia instituída pela **Reforma Ortográfica de 1911**, a reforma que está na base da ortografia que aprendemos na escola primária e da atual ortografia oficial.

Não tenho sentimento nenhum politico ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha patria é a lingua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com odio verdadeiro, com o unico odio que sinto, não quem escreve mal portuguez, não quem não sabe syntaxe, não quem escreve em orthographia simplificada, mas a pagina mal escripta, como pessoa propria, a syntaxe errada, como gente em que se bata, a orthographia sem ipsilon, como escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiisse.

A **Reforma Ortográfica de 1911**⁽³⁾ (alterada posteriormente em 1920⁽⁴⁾ e 1931⁽⁵⁾) estabeleceu regras ortográficas claras que vieram romper com a escola de inspiração etimológica e estética até aí em aplicação, caracterizada também por uma certa incerteza ortográfica decorrente da ausência de regulamentação. A Reforma de 1911, inspirada na ortografia espanhola, foi discutida tendo em conta as pronúncias no norte, centro e sul de Portugal, sendo comunicada ao Brasil já depois de aprovada. Estavam, assim, criadas as condições para o centenário desacordo ortográfico do português.

O Brasil manteve a escrita etimológica até 1931, ano de um primeiro acordo entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras. O acordo de 1931 teve, no entanto, interpretações diferentes nos dois lados do Atlântico, refletidas, em Portugal, no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, de 1940, e, no Brasil, no *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, de 1943, e consagrada no Formulário Ortográfico⁽⁶⁾.

Com o **Acordo Ortográfico de 1945**⁽⁷⁾ (AO45) entre Portugal e o Brasil procurou instituir-se uma ortografia única nos dois países, mas apenas Portugal o aplicou, mantendo-se o Brasil fiel ao Formulário Ortográfico de 1943. As alterações de 1971, no Brasil, e 1973⁽⁸⁾, em Portugal, foram mais um pequeno passo na direção da reaproximação das duas ortografias.

2. Acordo Ortográfico de 1990 — aspetos gerais

O **Acordo Ortográfico de 1990**⁽⁹⁾ (AO90), agora ao nível de todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa⁽¹⁰⁾ (CPLP), vem mais uma vez retomar o esforço de aproximação ortográfica. Face aos anteriores insucessos, a que se pode juntar um projeto de acordo em 1986, desta vez, não se trata de criar uma ortografia única, mas de um conjunto único de regras válido em toda a lusofonia, no respeito de uma certa autonomia das variantes nacionais.

⁽³⁾ Ministério do Interior. Direção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial — *Bases para a unificação da ortografia que deve ser adotada nas escolas e publicações oficiais: relatório da Comissão nomeada por portaria de 15 de fevereiro de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, <http://purl.pt/59>, e Portal da Língua Portuguesa — Formulário Ortográfico de 1911, <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1911>.

⁽⁴⁾ Portaria n.º 2553 que manda adotar nos documentos e publicações oficiais e nos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública as modificações gráficas constantes da mesma portaria, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 266/20, 30 de dezembro de 1920, <http://dre.pt/pdf1sdip/1920/12/26600/17681773.pdf>.

⁽⁵⁾ Portaria n.º 7117 que introduz várias modificações no regime ortográfico oficial, em vigor desde 11 de setembro de 1911, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 126/31, 1 de junho de 1931, <http://dre.pt/pdf1sdip/1931/06/12600/10281028.pdf>.

⁽⁶⁾ Portal da Língua Portuguesa — *Formulário Ortográfico de 1943 – Oficial no Brasil*, <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1943>.

⁽⁷⁾ Portal da Língua Portuguesa — *Acordo Ortográfico de 1945*, <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1945>.

⁽⁸⁾ Decreto-Lei n.º 32/73 que introduz alterações na ortografia oficial portuguesa, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 31/73, 6 de fevereiro de 1973, <http://dre.pt/pdf1sdip/1973/02/03100/01690170.pdf>.

⁽⁹⁾ Portal da Língua Portuguesa — *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990*, <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1990>.

⁽¹⁰⁾ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — *Histórico – Como surgiu?*, <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=45>.

Não podemos esquecer que o português é a terceira maior língua europeia em número de falantes nativos, a maior língua do hemisfério sul e a língua oficial da sexta maior economia mundial e um dos BRIC. O português é também língua oficial em Macau⁽¹¹⁾, no MERCOSUL e na União Europeia⁽¹²⁾, o que o põe em contacto direto com outras grandes línguas mundiais como o chinês, o espanhol e o inglês.

Com pontos de partida diferentes, as mudanças ortográficas são também diferentes de país para país. Em Portugal, as mudanças agora introduzidas, sempre na linha do processo iniciado em 1911, correspondem:

- à simplificação das regras de uso do hífen (que muitos utilizadores não compreendiam e/ou ignoravam);
- à supressão de alguns acentos e de algumas maiúsculas;
- à supressão de consoantes não pronunciadas (as chamadas consoantes mudas que ainda não haviam desaparecido desde 1911).

Não visando o AO90 (ao contrário do AO45) uma harmonização completa das diferentes ortografias da lusofonia, mantêm-se ou criaram-se **duplas ortografias no espaço da lusofonia**⁽¹³⁾:

Portugal:	António	Brasil:	Antônio
	facto		fato
	contacto		contato
	rutura		ruptura
	recepção		recepção

É possível que no futuro as palavras com origem em línguas nacionais africanas (línguas bantas ou outras) ganhem pelo menos o mesmo destaque que hoje têm palavras com origem em línguas índias do Brasil (como o tupi-guarani), por exemplo por introdução, em alternativa, de sequências consonânticas iniciais ou mediais, como Ng, Mb, wa, wo, we, etc.⁽¹⁴⁾

Cuanza (Portugal)	Kwanza (Angola)
Quionga (Portugal)	Kionga (Moçambique)

As duplas grafias já existiam quer no português do Brasil quer no português de Portugal. No caso do **português de Portugal**, com a supressão de consoantes não pronunciadas, haverá um aumento de cerca de 10% no número de duplas grafias em relação às 3000 já anteriormente existentes.

novo:	espetáculo / espectáculo	já existente:	sobresselente / sobressalente
	caracterização / caraterização		síndrome / síndrome / síndromo
			louça / loiça

O AO90 não é perfeito, nem será certamente o último e é natural que, tal como os documentos de 1911 e 1945, possa sofrer alguns pequenos ajustamentos ao nível do vocabulário ou mesmo das suas bases.

⁽¹¹⁾ Imprensa Oficial — Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, 31 de março de 1993, <http://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/leibasica/index.asp>.

⁽¹²⁾ Regulamento n.º 1, que estabelece o regime linguístico da Comunidade Económica Europeia, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CONSLEG:1958R0001:20070101:PT:HTML>.

⁽¹³⁾ «Duplas grafias no espaço da lusofonia» in «a folha», n.º 34 — outono de 2010, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha34_pt.pdf.

⁽¹⁴⁾ Tal é o caso de endónimos de origem banta, geralmente grafados com uma ortografia «pambanta» correspondente à transcrição de base anglo-saxónica realizada a partir do século XIX por missionários protestantes na África subequatorial. Em muitos casos esses endónimos dispõem também de transcrições portuguesas. Veja-se o seguinte estudo do Instituto de Investigação Científica Tropical, que apresenta as duas grafias: «O Reino do Congo, os Mbundu (ou Ambundos), o Reino dos “Ngola” (ou de Angola) e a presença portuguesa, de finais do século XV e meados do século XVI».

O AO90 está em vigor em **Portugal** desde 13 de maio de 2009, estando previsto um período de transição de seis anos. Os tradutores e outros funcionários ou agentes trabalhando para a Administração Pública estão abrangidos pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011⁽¹⁵⁾, que «determina a aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no sistema educativo no ano letivo de 2011-2012 e, a partir de 1 de janeiro de 2012, ao Governo e a todos os serviços, organismos e entidades na dependência do Governo, bem como à publicação do *Diário da República*.» Os tribunais superiores, não estando na dependência do Governo, são a exceção, jogando com o prazo-limite de 13 de maio de 2015⁽¹⁶⁾.

Como em anteriores alterações ortográficas, cabe ao Ensino e à Administração Pública uma responsabilidade especial na vulgarização da nova escrita junto da sociedade portuguesa.

3. O AO90 nas instituições europeias

Na União Europeia, o português é raramente a língua do documento original em instituições onde a língua dos originais é cada vez mais o inglês, seguido a alguma distância pelo francês e a maior distância ainda pelo alemão. É, assim, natural que o processo de transição para o AO90 tenha sido liderado pelos serviços de tradução — os grandes utilizadores da língua portuguesa —, tendo a decisão sido formalizada pelos secretários-gerais das várias instituições.

Realizaram-se duas reuniões interinstitucionais a este respeito. A primeira foi uma reunião preparatória, que teve lugar em 25 de novembro de 2008. A segunda realizou-se em 1 de março de 2011, cerca de um mês depois da Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011. Havia três questões principais a decidir interinstitucionalmente:

- a) data de início de aplicação do AO90;
- b) como fazer citações de atos anteriores;
- c) como tratar as novas duplas ortografias.

A **data de início** foi de fácil decisão: deveríamos passar ao AO90 na mesma data que o *Diário da República* — i.e., no dia 1 de janeiro de 2012. Afinal, no *Jornal Oficial da União Europeia* (JO) publica-se legislação que, no caso dos regulamentos, é diretamente aplicável em Portugal.

Nos últimos números de 2011 do JO foi publicado o seguinte aviso ao leitor:

As instituições, órgãos e organismos da União Europeia decidiram aplicar, a partir de 1 de janeiro de 2012, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. A partir dessa data, os textos publicados no *Jornal Oficial da União Europeia* serão redigidos segundo as regras da nova ortografia, admitindo-se um período inicial de coexistência das duas ortografias.

A questão das **citações de atos anteriores** não é questão virgem. No entanto, não éramos suficientemente velhos para nos lembrarmos de como fora feito pelo legislador português sempre que

⁽¹⁵⁾ Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 17, 25 de janeiro de 2011, <http://dre.pt/pdf1sdip/2011/01/01700/0048800489.pdf>.

⁽¹⁶⁾ Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008 que aprova o Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 145, 29 de julho de 2008, <http://dre.pt/pdf1sdip/2008/07/14500/0480204803.pdf> e Aviso n.º 255/2010 que torna público ter a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde depositado, em 12 de junho de 2006, os instrumentos de ratificação do Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, adotado em São Tomé e Príncipe em 25 de julho de 2004, e a República Democrática de São Tomé e Príncipe efetuado o respetivo depósito em 6 de dezembro de 2006, o Acordo entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2007, nos termos dos seus artigos 1.º e 3.º, que alteraram o artigo 3.º do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 182, 17 de setembro de 2010, <http://dre.pt/pdf1sdip/2010/09/18200/0411604116.pdf>.

houve alterações ortográficas significativas ao longo do século XX. As posições de partida dividiam-se, mas com a ajuda do Código Comercial Português a questão ficou rapidamente resolvida⁽¹⁷⁾. Se o *Código Commercial Portuguez* de 1888, ainda em vigor, já é há muito referido como *Código Comercial Português*, também a Directiva Architectos deve passar a ser referida como Directiva Arquitetos. Também na legislação a ortografia é acessória, o que conta é o texto!

A lei não depende da ortografia. A lei exprime-se em cada momento com a ortografia em uso.

Quanto à questão das **novas duplas grafias**, a decisão foi externalizada. Decidiu seguir-se, tanto quanto possível, as opções da Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM) para o *Diário da República*.

Os corretores ortográficos do português de Portugal com o AO90 disponíveis no mercado não tomam partido no uso das cerca de 3000 antigas duplas ortografias, mas, pelo contrário, obrigam à predefinição da grafia a utilizar no caso das novas 300 duplas grafias do português de Portugal⁽¹⁸⁾. Utilizando nós o mesmo corretor ortográfico que a INCM, decidimos manter as mesmas predefinições de origem desse corretor.

Enquanto para quem escreve em nome individual a dupla grafia não é um problema (cada um pode escrever setor ou sector conforme melhor achar), para as instituições, órgãos e organismos na dependência da União Europeia é de todo o interesse que as várias pessoas que redigem ou reveem os documentos em língua portuguesa utilizem, sempre que possível, a mesma grafia das duas possíveis para a variante europeia. As predefinições dos corretores ortográficos vieram, assim, dar uma ajuda na coerência no uso das novas duplas ortografias.

Foi finalmente decidido organizar em setembro de 2011 **formações** sob o tema «Recursos e práticas para a aplicação do Acordo Ortográfico», em Bruxelas e no Luxemburgo, abertas à participação de todas as instituições europeias.

O AO90 foi uma ocasião bem aproveitada para cimentar relações de trabalho entre tradutores portugueses das diferentes instituições europeias em Bruxelas e no Luxemburgo.

4. O Acordo Ortográfico de 1990 na Direção-Geral da Tradução

4.1 Memórias de tradução (Euramis)

O nosso trabalho de tradução organiza-se hoje em dia em torno das **memórias de tradução** de várias instituições europeias. Segmentos já anteriormente traduzidos são, sempre que possível, reutilizados ou adaptados.

A preparação para a revisão geral da ortografia do conteúdo das memórias de tradução foi talvez o facto mais interessante e positivo para efeitos de qualidade e coerência futuras das nossas traduções⁽¹⁹⁾, permitindo-nos conhecer melhor o vocabulário que efetivamente utilizamos.

⁽¹⁷⁾ «Citações de atos legislativos — o antes e o depois» in «a folha», n.º 35 — primavera de 2011, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha35_pt.pdf.

⁽¹⁸⁾ «Duplas grafias» in «a folha», n.º 33 — verão de 2010, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha33_pt.pdf.

⁽¹⁹⁾ «As memórias de tradução e a ortografia» in «a folha», n.º 37 — outono de 2011, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha37_pt.pdf.

Começámos por listar todas as palavras ocorrentes nas nossas memórias, com indicação da frequência das palavras. Criaram-se, assim, listas de **palavras a alterar ortograficamente**:

- palavras a adaptar ao AO90;
- palavras a emendar (erros ortográficos, independentemente do AO45 ou do AO90).

Nas listas de palavras a emendar/adaptar incluem-se palavras formadas por prefixação que não obedeciam ao AO45. Um caso paradigmático é a palavra *bio-resíduos, que se devia escrever biorresíduos, numa única palavra, com as regras de 1945, mas que não aparecia bem escrita uma única vez nem nas memórias de tradução nem na legislação. Ainda relacionado com a prefixação, detetaram-se também alguns problemas com o «r» e «s» por dobrar⁽²⁰⁾ e o «h» perdido no meio de palavras⁽²¹⁾ (*etasulfato, *dihidrogenofosfato, etc.).

Encontraram-se também alguns erros ortográficos perfeitamente evitáveis (*ímans, *perú, *côco, *precaridade, etc.), o que denota uma utilização nem sempre eficiente do corretor ortográfico nos nossos textos anteriores a 2012.

Infelizmente, ainda não se conseguiu a revisão geral da ortografia das memórias de tradução Euramis. Uma primeira tentativa a cargo da informática da DGT não teve sucesso, pelo que está a pensar-se fazer agora uma revisão a cargo do departamento de língua portuguesa (DLP). Algumas correções e harmonizações já foram entretanto feitas manualmente com as ferramentas de gestão de segmentos das memórias de tradução.

Criaram-se também listas de **palavras a harmonizar**, palavras que deverão ser alinhadas com documentos normativos externos ou internos (livros de estilo, etc.) ou ser alvo de decisão prévia.

No que respeita às palavras a harmonizar, os casos de dupla (ou múltipla) **grafia** detetados nas memórias de tradução Euramis podem classificar-se em três tipos diferentes:

- duplas grafias puras⁽²²⁾ (portuguesas e estrangeiras)
loiça — 38,2% / louça — 61,8%
manganês — 78,4% / manganés — 17,2% / manganésio — 4,4%
sobressalente — 32,6% / sobresselente — 67,4%
free-lance — 36,7% / freelance — 63,3%;
- aportuguesamentos/não aportuguesamentos
snack-bares — 27,6% / snack-bars — 72,4%
hambúrgueres — 25,6% / hamburgers — 74,4%
pizas — 48,1% / pizzas — 51,9%;
- topónimos e estrangeiros (ortografia ora francesa ora inglesa ora portuguesa)
Barém — 92,9% / Bahrain — 3,9% / Bahrein — 3,2%
Carachi — 37,2% / Karachi — 62,8%
Nairóbi — 8,3% / Nairobi — 91,7%
Maxerreque — 35,0% / Machereque — 48,3% / Machrek — 4,9% / Mashrek — 4,0% / etc.

Na lista de palavras a harmonizar há também casos que ultrapassam a simples ortografia. São questões mais no âmbito da **terminologia**.

⁽²⁰⁾ «A partícula sulf(o)-» in «a folha», n.º 37 — outono de 2011,
http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha37_pt.pdf.

⁽²¹⁾ «A partícula hidr(o)-» in «a folha», n.º 36 — verão de 2011,
http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha36_pt.pdf.

⁽²²⁾ Estatisticamente, nos textos da Comissão Europeia, a louça lava-se no lava-loiças.

Ficam identificados para eventual futura decisão alguns casos frequentes de sinonímia desnecessária resultante de tradução/decalque do francês ou do inglês. Por exemplo:

requisitos (*requirements*) / exigências (*exigences*)
enviar / submeter (*submit*)
comunicar / reportar (*report*)
informal / casual (*casual*)

Ficam igualmente identificadas, não só palavras de domínios de conhecimento e de atividade em que a terminologia portuguesa tem sido subvalorizada, como também casos em que termos portugueses consagrados são trocados por outros ou em que, por qualquer motivo, não «ousamos» traduzir⁽²³⁾ ou afeiçoar⁽²⁴⁾ novos termos à ortografia portuguesa (prestígio da língua estrangeira?). Exemplos:

voucher (*voucher* de desconto / vale de desconto)
newsletter (*Newsletter* do comércio externo da UE / Boletim do comércio externo da UE)
sashimi (grandes atuns para o mercado do *sashimi* / grandes atuns para o mercado do saxími)
Azawad (Azawad ou Azaouad / Azauade)

O AO90 forneceu a oportunidade para fazermos uma radiografia completa das nossas memórias de tradução e passarmos a dispor de dados para podermos não só adaptar a ortografia mas também harmonizar ortografia e terminologia.

4.2 Recursos internos

4.2.1 Ferramentas de trabalho

À volta das memórias de tradução há outros recursos com que trabalhamos interativamente no dia a dia na elaboração de novos documentos. Também aí houve que intervir.

a) Tradução automática de base estatística

Com a desativação do sistema de tradução automática por regras que utilizávamos desde a data de entrada de Portugal para as então Comunidades, entrou em campo a tradução automática de base estatística **Moses**. Este tipo de tradução automática é uma espécie de extensão das memórias de tradução que permite a reutilização das traduções existentes, não ao nível da frase como as memórias, mas ao nível da subfrase — sequências, expressões, palavras e pontuação —, encarregando-se a estatística de escolher para cada caso a ocorrência mais provável.

Se a falta de conversão das memórias se reflete na tradução humana apenas por um maior uso do corretor ortográfico e consequentemente num maior número de cliques para emendar antigas ortografias, na tradução automática de base estatística, o convívio de segmentos de texto com ortografias diferentes resulta numa degradação da qualidade, pois basta a diferença de uma letra ou de um hífen para que uma determinada ocorrência perca hipóteses de ser escolhida pela máquina. A tradução automática já pôde entretanto beneficiar do trabalho realizado para a conversão das memórias. Ao contrário das memórias, neste momento a tradução automática para português já está conforme ao AO90 e, na próxima versão do motor, o *corpus* de treino será normalizado, ficando resolvidas, para além da questão do AO90, todas as discrepâncias ortográficas constatadas.

⁽²³⁾ «A Três Gargantas da China e a Coca-Cola» in «a folha», n.º 38 — primavera de 2012,
http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha38_pt.pdf.

⁽²⁴⁾ «Quem tem medo da bocha?» in «a folha», n.º 31 — outono de 2009,
http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha31_pt.pdf.

O português europeu está efetivamente em boa posição para o desenvolvimento da tradução automática de base estatística numa série de pares de línguas dada a existência de extensos *corpora* legislativos paralelos com as línguas europeias, provenientes da atividade legislativa da União, e com o chinês, mercê do regime linguístico de Macau. No entanto, nos últimos anos tem-se verificado uma tendência crescente nas instituições europeias para, por pedido dos especialistas ou das autoridades nacionais, manter em inglês alguma terminologia avulsa ou mesmo alguns anexos técnicos de forte conteúdo terminológico⁽²⁵⁾. Essa opção de não tradução, para além do empobrecimento terminológico que produz na língua portuguesa, poderá ter um efeito negativo na qualidade da tradução automática nos domínios em causa.

b) IATE

Os conteúdos da responsabilidade direta da Comissão da base terminológica interinstitucional IATE⁽²⁶⁾ foram modificados para se adaptarem ao novo acordo⁽²⁷⁾. Era a oportunidade há muito esperada para poder também emendar alguns erros ortográficos que a base continha. Esses erros podem dividir-se em três grupos principais:

- perda de sinais diacríticos de muitas coleções durante a importação para o antigo Eurodicautom⁽²⁸⁾, nos anos 80 e inícios dos anos 90;
- erros comuns por desconhecimento das regras do AO45 do uso hífen em palavras formadas por prefixação⁽²⁹⁾;
- gralhas e erros ortográficos (mais ou menos embaraçosos).

4.2.2 Documentação

Há também os **recursos estáticos** — arquivos, repositórios, etc. —, os quais se mantêm intocados.

a) DGTVista

Na base **DGTVista**, onde são arquivados os ficheiros eletrónicos das traduções realizadas pela DGT, mantém-se a ortografia original (incluindo eventuais gralhas).

b) EUR-Lex

A base legislativa **EUR-Lex**⁽³⁰⁾ — repositório do Jornal Oficial da União Europeia — por maioria de razão, mantém-se também intocada, tal como no Diário da República Eletrónico (DRE) se mantêm intocados os conteúdos digitais e digitalizados do *Diário da República* e *Diário do Governo* posteriores a 1910.

Os **motores de pesquisa** externos, como o Google, já conhecem as várias ortografias. Se interrogarmos o EUR-Lex ou o DRE com antiga ou a nova ortografia portuguesa (ou brasileira)

⁽²⁵⁾ Isto verifica-se mesmo nos casos de regulamentos, que são de aplicação direta em Portugal, como, por exemplo, o Regulamento (CE) n.º 790/2009 da Comissão, de 10 de agosto de 2009, que altera, para efeitos da sua adaptação ao progresso técnico e científico, o Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:235:0001:0439:pt:PDF>.

⁽²⁶⁾ IATE pública, <http://iate.europa.eu/>.

⁽²⁷⁾ «A base IATE e as questões ortográficas» in «a folha», n.º 36 — verão de 2011, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha36_pt.pdf.

⁽²⁸⁾ «Eurodicautom: breve nota histórica» in «a folha», n.º 25 — número especial — 2007, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha25_pt.pdf.

⁽²⁹⁾ «Uso e abuso do hífen — relato de uma experiência» in «a folha», n.º 32 — primavera de 2010, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha32_pt.pdf.

⁽³⁰⁾ EUR-Lex — Acesso ao direito da União Europeia, <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>.

utilizando um motor de pesquisa externo este poderá localizar os conteúdos escritos com qualquer das ortografias.

4.2.3 *Livros de estilo*

Os **livros de estilo** continuam a desempenhar um papel normativo central. Procedemos à atualização do *Guia do Tradutor*⁽³¹⁾ do departamento de língua portuguesa e, junto com colegas do Conselho e do Comité Económico e Social Europeu/Comité das Regiões, colaborámos ativamente na atualização do *Código de Redação Interinstitucional*⁽³²⁾ do Serviço das Publicações. A versão portuguesa do Código será publicada em papel, pela primeira vez desde 1997.

Convém recordar que o AO90 não altera as regras relativas às expressões em idiomas estrangeiros. Tal é o caso do *Código de Redação Interinstitucional* ou das regras de legística do governo⁽³³⁾:

- 1 — O uso de vocábulos em idioma estrangeiro só é admissível quando não exista termo correspondente na língua portuguesa ou se, na matéria em causa, não estiver consagrada a sua utilização.
- 2 — Sempre que for necessário escrever uma palavra em idioma estrangeiro deve ser utilizado o itálico.

O AO90 foi o pretexto para uma atualização/revisão mais aprofundada da versão portuguesa do *Código de Redação Interinstitucional*.

4.3 *Recursos externos*

4.3.1 *Do prontuário ao(s) vocabulário(s)*

A inacessibilidade prática de vocabulários oficiais (ou não) de AO45⁽³⁴⁾, conjugada com o pequeno número de entradas dos nossos antigos dicionários, deixou-nos reduzidos aos prontuários ortográficos (úteis, mas necessariamente limitados) para a investigação de dúvidas ortográficas.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011 «adota, ainda, o **Vocabulário Ortográfico do Português**, produzido em conformidade com o Acordo Ortográfico, e o conversor Lince como ferramenta de conversão ortográfica de texto para a nova grafia [...], ambos desenvolvidos pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC)». Foi também este o vocabulário adotado na reunião interinstitucional de 1 de março de 2011.

O vocabulário do ILTEC, com 210 000 verbetes, permite verificar a ortografia da maioria das palavras não só na forma canónica como nas formas flexionadas (feminino, plurais, verbos conjugados). Permite ainda pesquisar a ortografia de palavras com as mesmas sequências de caracteres no início, no fim ou no meio.

⁽³¹⁾ Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia — *Guia do Tradutor*, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/guidelines/documents/styleguide_portuguese_dgt_pt.pdf.

⁽³²⁾ *Código de Redação Interinstitucional*, <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-000100.htm>.

⁽³³⁾ Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2010 que aprova o Regimento do Conselho de Ministros do XVIII Governo Constitucional, concretizando medidas de simplificação legislativa no âmbito do programa SIMLEGIS: Anexo II — Regras de legística na elaboração de atos normativos pelo XVII Governo Constitucional, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 197, 11 de outubro de 2010, <http://www.dre.pt/pdf1s/2010/10/19700/0442104433.pdf>.

⁽³⁴⁾ Há décadas que apenas em alfarrabistas se podem encontrar o *Vocabulário da Língua Portuguesa* de Rebelo Gonçalves, edição de 1966, e o *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*, da Academia das Ciências de Lisboa, edição de 1970.

Está atualmente em curso, sob a égide do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), a elaboração de um **vocabulário ortográfico comum** (VOC), previsto para meados de 2014, que irá agrupar num único vocabulário a primeira edição do *Vocabulário Ortográfico do Português* (VOP)⁽³⁵⁾ do ILTEC, a quinta edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP)⁽³⁶⁾ da Academia Brasileira de Letras (381 000 verbetes) e palavras dos vocabulários específicos dos restantes países da CPLP, nomeadamente palavras de origem banto de Angola e Moçambique. Não é de excluir a introdução de pequenas alterações de pormenor nos vocabulários já publicados.

Em Portugal, além do VOP, existem ainda mais dois vocabulários ortográficos do AO90⁽³⁷⁾: o VOLP⁽³⁸⁾ da Porto Editora e o Vocabulário⁽³⁹⁾ da Priberam.

4.3.2 Dos dicionários de sinónimos aos verdadeiros dicionários

No início dos anos 90, o panorama dos dicionários de língua portuguesa produzidos em Portugal não era muito melhor do que o dos vocabulários⁽⁴⁰⁾, mas bastante mudou nos últimos anos. Em 2001, surgiu *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa (com 70 000 entradas) e, em 2004, o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* da Porto Editora (com 130 000 entradas). Entre os dicionários de origem brasileira, surge, em 2002-2003, a versão portuguesa do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, que se juntou ao *Novo Aurélio Século XXI* (com a variante portuguesa). Em suporte eletrónico e/ou na Internet apareceram, entre outros⁽⁴¹⁾, o Serviço Infopédia da Porto Editora e o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, (com 105 000 entradas).

À exceção do dicionário da Academia das Ciências, todos estes dicionários se adaptaram ao AO90⁽⁴²⁾. Nunca como agora houve tantos dicionários da língua portuguesa e não simples dicionários de sinónimos. Na DGT foram adquiridos dicionários com a nova ortografia para os tradutores que o solicitaram.

Mantém-se porém uma lacuna, mais grave para locutores e intérpretes e para quem está a aprender a língua — as transcrições fonéticas. Atualmente, apenas o Dicionário da Academia, o Grande Dicionário da Porto Editora e o *Prontuário Sonoro* da RTP⁽⁴³⁾ incluem transcrições fonéticas de todas as entradas.

4.3.3 A (re)descoberta do corretor ortográfico e o conversor ortográfico

Uma primeira questão que teve de esclarecer-se foi a diferença entre conversor e corretor ortográfico.

O **conversor ortográfico** Lince, tal como os outros conversores disponíveis no mercado, destina-se essencialmente à conversão de grandes volumes de documentos preexistentes para a nova ortografia e

⁽³⁵⁾ Portal da Língua Portuguesa — *Vocabulário Ortográfico do Português*, <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=vop&page=info>.

⁽³⁶⁾ Academia Brasileira de Letras — *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=23>.

⁽³⁷⁾ «Vocabulários do Acordo Ortográfico de 1990» in «a folha», n.º 32 — primavera de 2010, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha32_pt.pdf.

⁽³⁸⁾ Porto Editora — *Infopédia* (selecionar o Vocabulário no menu «21 Dicionários», <http://www.infopedia.pt/>).

⁽³⁹⁾ Priberam (FLiP) — Vocabulário, <http://www.flip.pt/FLiP-On-line/Vocabulario/Default.aspx>.

⁽⁴⁰⁾ Consultar *Os dicionários portugueses* — Margarita Correia, Editorial Caminho, 2009.

⁽⁴¹⁾ Para a variante brasileira destaca-se também o *iDicionário Aulete*, http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital.

⁽⁴²⁾ Os dicionários de origem brasileira adotaram novos nomes com o AO90: *Dicionário do Português Atual Houaiss* (2012) e *Novo Dicionário Aurélio* (2010).

⁽⁴³⁾ Rádio e Televisão de Portugal — *Prontuário Sonoro*, <http://www.rtp.pt/wportal/sites/prontuario/>.

não à redação de novos documentos⁽⁴⁴⁾. A utilização do Lince para a redação de novos textos requereria que:

- a) o texto fosse escrito sem erros com o AO45 (i.e., que fosse sujeito a uma primeira revisão);
- b) o texto fosse convertido (palavras com erros ortográficos ou pouco frequentes não são convertidas);
- c) o texto fosse novamente revisto na sua totalidade em função das novas regras (tendo atenção a expressões em língua estrangeira que contenham palavras homógrafas de palavras portuguesas alteradas pelo AO90).

Os conversores ortográficos não estão adaptados ao trabalho de quem, como o tradutor, tem de produzir textos novos!

O AO90 trouxe-nos a (re)descoberta do **corretor ortográfico**. A ortografia não fazia parte das nossas maiores preocupações como tradutores. Com o AO90 tivemos que nos questionar novamente sobre a ortografia, passando o corretor ortográfico a ocupar uma posição de relevo no nosso ambiente de trabalho.

Os corretores ortográficos para o português de Portugal com o AO90 disponíveis para MS Office são o corretor da própria Microsoft (para Office 2007 e posteriores) e o FLiP7 e FLiP8 da Priberam.

VOP:	reeleger	FLiP7:	re-eleger	FLiP8:	reeleger
	dia a dia		dia-a-dia		dia-a-dia
	mão de obra		mão-de-obra		mão-de-obra
	caminho de ferro		caminho-de-ferro		caminho-de-ferro

N.B.: Os corretores ortográficos disponíveis no mercado não seguem necessariamente em tudo a interpretação do AO90 adotada pelo VOP, vocabulário oficial para a Administração Pública. Ou seja, há casos em que devemos afastar-nos das propostas do corretor ortográfico.

Descobrimos ou redescobrimos também os **dicionários de utilizador** do MS Office (ficheiros CUSTOM.dic). Fizemos, em primeiro lugar, uma verificação ortográfica dos ficheiros CUSTOM.dic preexistentes para adaptar a ortografia e eliminar eventuais erros. Em segundo lugar, enriqueceu-se os dicionários de utilizador dos colegas do DLP⁽⁴⁵⁾ com palavras frequentes nos nossos textos mas ignoradas pelo corretor ortográfico. Há, naturalmente, lacunas nos corretores ortográficos, que não podem reconhecer todo o vocabulário frequente nos nossos textos⁽⁴⁶⁾.

N.B.: Os dicionários de utilizador devem ser obrigatoriamente verificados e convertidos para o AO90, pois as suas entradas têm precedência sobre o vocabulário do corretor ortográfico.

Os corretores ortográficos e as suas potencialidades foram redescobertos pelos tradutores, permitindo que se realizasse a primeira mudança de ortografia assistida por computador!

Em caso de dúvidas, consultar o VOP.

⁽⁴⁴⁾ «Conversores ortográficos e vocabulário das memórias de tradução» in «a folha», n.º 36 — verão de 2011,

http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha36_pt.pdf.

⁽⁴⁵⁾ «Um CUSTOM.DIC à medida da DGT» in «a folha», n.º 37 — outono de 2011,

http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha37_pt.pdf.

⁽⁴⁶⁾ Esse «problema» poderá ser minorado se os corretores ortográficos no mercado vierem a analisar e integrar algumas das palavras com 500 ou mais ocorrências nas nossas memórias, listadas em «Vocabulário das memórias de tradução» in Separata d'«a folha», n.º 35 — primavera de 2011,

http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha35_vocabulario_pt.pdf.

O corretor ortográfico pode ter uma outra utilidade na sua função de autocorreção quando associado a ferramentas de **reconhecimento vocal** dotadas de um vocabulário criado com base no AO45. Alguns tradutores do DLP utilizam o reconhecimento de voz com alguma regularidade. Enquanto não for possível adquirir uma nova ferramenta de reconhecimento de voz adaptada à pronúncia(s) portuguesa(s) e à nova ortografia haverá que verificar mais atentamente a ortografia dos textos produzidos pelo reconhecimento de voz.

5. *O Acordo Ortográfico de 1990 — principais alterações*

Passemos brevemente em revista as alterações com que fomos confrontados para o português de Portugal.

a) Simplificação do uso do hífen na prefixação

Passou-se de 43 regras diferentes para 14. Já não é necessário saber se o prefixo ou pseudoprefixo era substantivo ou adjetivo para saber se, por exemplo, se devia pôr hífen antes de palavra começada por vogal, por «r» ou «s» — o resultado prático era que em caso de dúvida se punha hífen, errando num número não negligenciável de casos: biorresíduos foi sempre escrito erradamente nos documentos da UE como *bio-resíduos. Aquilo que se considera mudança não o é. É apenas passar a escrever bem aquilo que se escrevia mal.

pseudoelétrico (cf. hidroelétrico)
protorreator (cf. termorreator)
semirrefrigerante (cf. birrefrigerante)
antirreligioso (cf. multirreligioso)
antifraude
infravermelho
ultravioleta
minissaia

Mas:
ab-rogar, hiper-realista
micro-ondas, poli-isopreno
pré-aviso
ex-ministro

A ortografia correta destes termos com o novo acordo será um dos seus maiores desafios. A simples observação dos títulos nos diferentes telejornais indica que há o risco de vir a acontecer o mesmo que sucedeu com o acordo de 1945 — um incumprimento generalizado. Cabe aos tradutores fazer aquilo que os jornalistas não conseguem.

Os jornalistas continuam a falhar demasiadas vezes neste tipo de palavras. Os tradutores como linguistas que são têm a responsabilidade de evitar estes erros. É encorajador ver que há muitíssimo menos problemas de aplicação correta do acordo nas legendas de filmes e séries de TV do que nas notícias.

Pensamos realizar regularmente pequenas sondagens de palavras utilizadas em traduções recentes, ou mesmo uma nova extração geral, para ser possível controlar a aplicação efetiva destas e de outras regras e, se necessário, organizar pequenas formações bem direcionadas.

b) Supressão de hífenes

hei de (cf. havemos de)
fim de semana

Mas:

faneca-da-noruega
salmão-do-atlântico

O AO90 vem pôr ordem na forma de escrever os nomes de espécies de seres vivos. Anteriormente, podia escrever-se salmão-do-atlântico, mas também salmão-do-Atlântico ou salmão do Atlântico⁽⁴⁷⁾.

c) Supressão de alguns acentos

troica
leem

E ainda:

para
pelo
pera
polo

d) Supressão de algumas maiúsculas

Até 1911, os meses do ano escreviam-se com minúscula (e continuaram sempre a escrever-se no Brasil).

janeiro, ..., dezembro
primavera, ..., inverno

Mas:

5 de Outubro
1.º de Dezembro

e) Supressão de consoantes mudas

As consoantes mudas que ainda não haviam desaparecido em 1911 ou 1945 desaparecem agora. Esta é certamente a alteração mais conhecida de todos e que raramente é esquecida. O único aspeto em que convém insistir é que devem escrever-se os textos na variante do português europeu e não na variante brasileira.

caquético	(AO45: caquético)
ótimo	
sintático	
objeto	(fr: objet; en: object)
atual	(es: actual; fr: actuel)
contrato	(fr: contrat; en: contract)
rutura	

Logo:

facto
pacto
contacto
abrupto

⁽⁴⁷⁾ «Nomes de espécies de seres vivos» in «a folha», n.º 35 — primavera de 2011, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha35_pt.pdf.

6. Conclusões

Voltámos a pensar em ortografia! A nova ortografia veio instalar a dúvida metódica onde antes estava um falso sentimento de segurança. Evitar-se-ão, assim, no futuro, erros ortográficos passados.

A nossa prática de alguns meses de aplicação efetiva do AO90 parece demonstrar que a transição se fez de uma forma extremamente suave, tendo as «queixas» mais frequentes a ver com aspetos talvez mais estéticos ligados ao desaparecimento do «p» mudo⁽⁴⁸⁾, à perda das maiúsculas no nome dos meses ou à nova fisionomia de palavras formadas por prefixação em que o «r» ou o «s» são dobrados⁽⁴⁹⁾.

É a sexta vez que a ortografia muda desde a instauração da República, mas é a primeira vez em que pudemos contar com a ajuda da informática e em que temos vocabulários e corretores ortográficos ao alcance de todos para podermos escrever sem erros. Pode dizer-se que levámos a cabo uma **mudança de ortografia assistida por computador!**

Paulo.Correia@ec.europa.eu



⁽⁴⁸⁾ Será a «perninha» do «p» que torna mais notório o seu desaparecimento. De qualquer forma, parece haver uma estranha semelhança com os protestos pós-1911 associados ao desaparecimento do «y» em palavras como *abysmo*, *mysterio* ou *lagryma*.

⁽⁴⁹⁾ Os mesmos critérios «estéticos» já se haviam sobreposto às regras do AO45. Terão sido esses critérios que estiveram na origem da seguinte retificação do Tratado de Lisboa a solicitação das autoridades portuguesas:

Onde se lê:

«1. [...] O Banco Central Europeu e os bancos centrais nacionais dos Estados-Membros cuja moeda seja o euro, que constituem o Eurossistema, conduzem a política monetária da União.»;

leia-se:

«1. [...] O Banco Central Europeu e os bancos centrais nacionais dos Estados-Membros cuja moeda seja o euro, que constituem o *Eurosistema*, conduzem a política monetária da União.»

in Ata de retificação do Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:081:0001:0003:PT:PDF>.

Petiscos de Tradução

José Frederico Ceia Nobre Soares
Conselho da União Europeia

A gramática também obedece às regras de cortesia?

Antes de mais, demos um passeio por uma história de pontuação que é, ao mesmo tempo, oportunidade de risinho divertido e porta para profundas reflexões.

A panda walks into a cafe. He orders a sandwich, eats it, then draws a gun and fires two shots in the air.

“Why?” asks the confused waiter, as the panda makes towards the exit. The panda produces a badly punctuated wildlife manual and tosses it over his shoulder.

“I’m a panda,” he says at the door. “Look it up.”

The waiter turns to the relevant entry and, sure enough, finds an explanation.

Panda. *Large black-and-white bear-like mammal, native to China. Eats, shoots and leaves.*

Esta é a saborosa anedota que dá o título a um dos mais interessantes livros sobre pontuação que se podem encontrar — *Eats, shoots and leaves* — Lynne Truss, Profile Books, Londres, 2003.

Recomendo vivamente este livrinho a quem se interesse pela importância do tema e pelos trambolhões e dramas que podem resultar de uma pontuação errada, mas não é realmente de pontuação que pretendo falar. Lynne Truss começa, como é natural, por referir várias definições de pontuação, e eu aproveito para salientar três — metafóricas e esplêndidas:

- Os sinais de pontuação são os alinhavos que dão forma ao tecido da língua.
- Os sinais de pontuação são como sinais de trânsito da língua: dizem-nos quando devemos afrouxar, reparar nisto ou naquilo, fazer um desvio, e parar.
- A pontuação é uma cortesia destinada a ajudar os leitores a compreender uma história sem tropeçar.

Sobretudo esta última ficou-me muito tempo a bulir com a memória, com os problemas diários da tradução e com o interesse cada vez mais marcado pelas áreas ‘intersticiais’ da gramática⁽¹⁾. E a analogia com as boas maneiras pareceu-me interessante e irresistível.

Sabemos por experiência que determinadas falhas de pontuação destroem o sentido do que se pretende dizer (*in fact, the panda eats shoots and leaves*). Por outro lado, mesmo na pontuação há espaço para a criatividade e a inovação, de que são bons exemplos Raul Brandão com *Húmus* e José Saramago com *Memorial do Convento*, para falar de apenas dois dos nossos muitos escritores.

Pelo meio, temos as inúmeras situações diárias em que a pontuação serve, de facto, para “ajudar os leitores a compreender uma história sem tropeçar”, de maneira elegante e sobretudo discreta.

No nosso trabalho, concretamente, predominam os textos legislativos com toda a sua coorte de textos preparatórios, nos quais são indispensáveis a clareza do enunciado e a ausência de ambiguidade.

⁽¹⁾ Utilizo em todo o texto a seguinte convenção para as aspas: as duplas (“”) são para citações de textos, palavras ou ideias de outrem. As simples (‘’) marcam os sentidos figurados, de que faço uso propositado. Todos os exemplos (PT e EN), quer textuais quer vocabulares, vão marcados a itálico.

São extraordinariamente abundantes as frases muito longas, com muitos complementos, quer em ordem directa quer intercalada, bem como os períodos que se estendem por várias manchas gráficas ou subdivisões do texto (alíneas, subalíneas, travessões, etc.).

Há, portanto, muitas oportunidades de guiar o leitor amavelmente ao longo de milhares de páginas, facilitando a leitura solta e a absorção rápida do conteúdo.

Não é o que sucede com o exemplo seguinte, retirado de um regulamento publicado em Jornal Oficial:

“A Agência executa as suas funções no cumprimento estrito da legislação aplicável da União, incluindo a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; o direito internacional aplicável, designadamente a Convenção de Genebra sobre o estatuto dos refugiados de 28 de Julho de 1951; as obrigações em matéria de acesso à protecção internacional, em particular o princípio de não repulsão; e os direitos fundamentais, e tendo em conta os relatórios do Fórum Consultivo a que se refere o artigo 26.º-A do presente regulamento.”

Será que a mesma analogia se pode aplicar à gramática?

Sendo esta o conjunto de regras que estruturam a utilização da língua e permitem a construção de todos os enunciados possíveis na mesma, caberão também neste conjunto regras de cortesia e de boas maneiras?

Parece-me que sim. Sabemos, mesmo só intuitivamente, que as regras de gramática não têm todas a mesma força impositiva. Se há umas que sentimos como invioláveis, como a concordância de género e número ou a conjugação dos verbos, que não podemos romper sob pena de incompreensão ou chacota, outras há que permitem um certo grau de variação ou podem até, em determinadas circunstâncias ou para determinados efeitos, não ser integralmente seguidas sem que isso perturbe a compreensão. Tais ‘desvios’ podem até vir enriquecer a apreciação estética da língua. Como sucede com o jogo criativo que reside na hábil manipulação da ordem dos elementos constitutivos da frase, de que Camões é exemplo consumado.

Ora bem, entre os dois extremos do espectro há, na vida de todos os dias como falantes e, no caso particular, como tradutores, um certo espaço em que as regras de gramática menos evidentes e menos impositivas podem, dada a sua flexibilidade, resultar em enunciados e frases que geram desconforto no destinatário, se não mesmo incompreensão. Nessas situações, poder-se-á então dizer que também na gramática ‘vigoram’ regras de cortesia, ou seja, são as boas maneiras que nos fazem sair de situações em que as regras habituais não vêm em nossa ajuda.

No maior centro de tradução do mundo, a produção dos mais variados tipos de textos, mas sobretudo dos textos legislativos, também está sujeita a uma fortíssima pressão de interferência linguística, quer pela verdadeira hegemonia de originais em inglês, quer em resultado da pretendida harmonização legística.

E essa interferência tanto se exerce ao nível da pontuação, como vimos no exemplo acima, como ao nível das estruturas gramaticais e da sua articulação.

As estruturas gramaticais mais frequentemente usadas no nosso dia-a-dia são, por exemplo, a ordem directa da frase, as formas passivas, os complementos muito extensos e complexos, as enumerações, os verbos performativos (com ocorrências de conjuntivo ou infinitivo nas subordinadas), etc.

E, mais que no uso diário da língua, são cruciais no nosso contexto de trabalho os elementos de articulação de todas essas estruturas — nomeadamente as preposições na articulação de complementos e orações e os pronomes/determinantes/advérbios na articulação das frases.

Tomemos três tipos de situações onde podemos, a meu ver, falar dessas boas maneiras, de cortesia gramatical:

1) A ordem dos complementos na frase, marcada ou não por pontuação:

...os nossos governantes e muitos comentadores políticos anunciaram a, cito, “passagem de Portugal no exame da troika”. (Diário de Notícias, 22.11.2011)

Neste primeiro exemplo, temos um caso de intercalação ‘violenta’ de um pleonismo bastante desnecessário.

O pleonismo reside na utilização de dois artifícios para sinalizar a citação de outrem. Um é utilizado na linguagem escrita, mediante a aposição de aspas no início e no fim da passagem citada; o outro é utilizado na linguagem oral, com pausa na entoação e introdução do termo *cito*, ou com variantes desta possibilidade.

A intercalação aqui é ‘violenta’ porque foi feita entre o artigo e o substantivo. Ora, estes formam um sintagma nominal, uma das unidades mínimas do discurso que não admitem separação. Esta coesão entre elementos constitutivos é uma das regras básicas e invioláveis da gramática portuguesa, tal como a concordância de género e número e a de flexão verbal.

Mesmo que o autor quisesse realmente, por razões de ênfase ou colagem à oralidade, utilizar o pleonismo como artifício estilístico e manter a intercalação de *cito* a par das aspas, mandaria a mais elementar cortesia que o fizesse então antes do artigo. Ficaria respeitada uma regra simples e essencial da sintaxe e em nada prejudicada a citação, dado o automatismo da concordância do artigo definido com o substantivo.

A (hipotética) intenção de ênfase ou colagem à oralidade fica, assim, prejudicada pela interrupção que impõe à percepção fluida da frase e pelo efeito de ridículo que resulta desta violação da sintaxe.

Um outro exemplo, retirado da memória Euramis:

Em derrogação dos artigos 3.º, 4.º e 5.º, os Estados-membros podem exigir que, em zonas específicas, os combustíveis sejam comercializados apenas se satisfizerem especificações ambientais mais rigorosas do que as previstas na presente directiva em relação à totalidade ou a parte do parque automóvel, a fim de proteger a saúde da população numa determinada aglomeração ou o ambiente numa zona específica ecologicamente sensível de um Estado-membro, se a poluição atmosférica constituir ou se se puder razoavelmente esperar que constitua um problema sério e recorrente para a saúde humana ou o ambiente.

[By way of derogation from Articles 3, 4 and 5, Member States may require that in specific areas fuels may only be marketed if they comply with more stringent environmental specifications than those provided for in this Directive for all or part of the vehicle fleet with a view to protecting the health of the population in a specific agglomeration or the environment in a specific ecologically sensitive area in a Member State, if atmospheric pollution constitutes or may reasonably be expected to constitute a serious and recurrent problem for human health or the environment.]

Este exemplo é típico dos textos legislativos com que temos de lidar a diário. Trata-se de um período excessivamente longo e complexo, com uma oração principal (opcional) condicionada por vários complementos e várias orações subordinadas, numa ordem sucessiva de condicionalismos e finalidades.

Este caso é interessante, porque até é possível, apesar da complexidade do período, traduzi-lo relativamente bem com um elevado grau de colagem à sintaxe do original. Porém, a tradução ficou

confusa com a deslocação do advérbio *apenas* da posição em que afectaria a locução verbal *sejam comercializados/may be marketed* e, portanto, tudo o que dela depende, para a posição em que parece só afectar a oração condicional seguinte (*se satisfizerem.../if they comply...*). Esta confusão seria evitada se o advérbio estivesse colocado no seu lugar normal, antes do verbo. Na realidade, a deficiente colocação do advérbio *apenas* não muda o sentido da frase, mas dificulta sim a sua fluida apreensão, exigindo releitura(s).

Em seguida, deparamos com a substituição da preposição *para* por *em relação a* e do pronome indefinido *todo* pelo substantivo *totalidade*⁽²⁾. São escolhas gramaticalmente admissíveis. Porém, são escolhas que, no caso vertente, deslaçam a relação sintáctica entre os componentes da frase porque introduzem novas relações sintácticas, cuja articulação tem por sua vez de ser integrada no todo. Sobretudo nos períodos longos e complexos, é da maior importância manter sob rédea firme a articulação dos vários componentes — complementos ou orações — para não criar paragens, perdas de sentido ou efeitos de dominó (que veremos adiante). É neste aspecto que reside fundamentalmente a noção de cortesia gramatical — manter apertada a malha de articulação das frases e períodos para não levar o leitor a perder o fio à meada. E como este exemplo também revela, esta questão está estreitamente ligada à cortesia da pontuação.

Mais adiante, a última condição no texto inglês inclui uma alternativa com uma forma característica de passiva (*or may be ... expected*) que permite a concomitância do sujeito entre as duas orações. Não sendo possível a mesma construção em português com o verbo escolhido (*esperar*), o que obriga a ter sujeitos diferentes neste caso, manda a mais elementar cortesia para com o leitor que se marque essa diferença como uma intercalação pontuada por vírgulas, permitindo-lhe passar o escolho do salto sintáctico sem perder o fio à meada semântica.

2) A excessiva procura da correspondência termo-a-termo:

Antes de mais, há que salientar que a língua inglesa tem uma natureza híbrida, que também está na base do seu êxito expansionista em todo o mundo.

Tem uma parte de origem germânica, através das suas raízes anglo-saxónicas e escandinavas e uma parte de origem latina, através das suas raízes franco-normandas. Além disso, é uma língua que importou e importa livremente vocábulos e estruturas, nomeadamente do grego e das muitas línguas com que Albion teve e tem contacto.

Esta natureza híbrida não se manifesta apenas na origem germânica ou latina dos vocábulos (lexemas ou morfemas). Também se manifesta na existência de ‘aparentes’ duplicações como *whole/wholeness/wholly* e *total/totality/totally*, ou ainda na existência de conjuntos de determinantes ou advérbios compostos por elementos oriundos das duas vertentes, como *some, several, many — certain, various, numerous*, para os quais não há correspondência de sentido um a um. Há, sim, discrepância e/ou sobreposição de valências relativamente aos correspondentes conjuntos em português:

SOME — *alguns, certos, vários, uns, quem, um pouco de, cerca de, uma parte*;
 SEVERAL — *alguns, vários, diversos, distintos, individual, respectivo*;
 MANY — *muitos, numerosos*;
 CERTAIN — *certos, determinados*;
 VARIOUS — *vários, diversos, diferentes, numerosos, muitos*;
 NUMEROUS — *numerosos, muitos, copioso, abundante*.

É na procura da colagem unívoca entre os elementos do conjunto EN com os elementos do conjunto PT que reside a interferência e, por extensão, a ambiguidade.

⁽²⁾ Discutiremos adiante, no ponto 3, a questão das substituições em si.

Por exemplo, é muito frequente nos documentos do Conselho referir as delegações de forma explícita, com abreviaturas convencionadas (*BE, PT, EL, ...*), ou de forma indefinida (*certas, várias, algumas, muitas delegações...*).

Se não atentarmos bem nas diferentes valências que os determinantes indefinidos têm em EN e PT, podemos cair em automatismos indesejáveis. É que, se os determinantes indefinidos se chamam assim por definição gramatical, nem todos o são na mesma ordem de grandeza e na mesma perspectiva, sobretudo em português. Ao dizer *certas delegações* (podendo ou não explicitá-las a seguir), estou a referir-me a determinadas delegações, por oposição a outras. Em contrapartida, ao dizer *algumas delegações*, não estou a referir-me a determinadas delegações, mas sim a um determinado número de delegações, por oposição ao todo.

Os pronomes e determinantes indefinidos compõem uma área gramatical fluida, em que há espaço para a subjectividade e para a variação. No entanto, numa utilização repetitiva e convencionada como é aquela em que nos inserimos, é indesejável uma escolha indiscriminada dos indefinidos.

Virão então em nosso auxílio as regras de cortesia, impulsionando-nos a utilizar em cada situação o determinante indefinido mais adequado, sem cair na interferência resultante da correspondência termo-a-termo automatizada.

Como há uma certa polarização entre aqueles que designam {+/- DETERMINAÇÃO} e os que designam {+/- QUANTIDADE}, será esse um guia melhor para a justa tradução de tais termos que a procura da correspondência unívoca.

Seria, portanto, mais conveniente e mais fácil para o leitor utilizarmos, por exemplo, *certas, várias e diversas* para os casos em que explicitamos a seguir quais as delegações que referimos, e *algumas, muitas e numerosas* para os casos em que não as queremos explicitar.

Era esta, aliás, a prática seguida anteriormente, por influência da redacção quase exclusiva em francês.

Um outro exemplo interessante é o conjunto dos verbos modais em inglês: *shall, will, can, may, must, ought, have to* (e as suas formas de passado *should, would, could, might, --, --, had to*).

Tanto mais interessante quanto as funções modais se distribuem em inglês diversamente pelas formas de presente e de passado, e não há paralelismo com o sistema português de verbos modais, muito mais rico e diversificado.

Há, portanto, neste domínio amplas possibilidades de interferência recíproca (“— *Can I come in? — Whether you can or not, I don't know, but you may*”).

Mas também há casos em que podemos evitar ambiguidades com uma tradução mais cuidadosa e cortês. Tomemos como exemplo disso a tradução termo-a-termo do ‘imperativo’ legístico ou coercivo.

Em inglês, é feito com o auxiliar *shall* no presente (quer afirmativo, quer negativo). Em português, porém, é feito com a forma do futuro ou do presente do verbo principal (quer afirmativo, quer negativo):

Thou shalt not kill — Não matarás

Thou shalt love thy neighbour as thyself — Amarás o teu próximo como a ti mesmo

The Commission shall present an annual report — A Comissão apresenta um relatório anual

Na legística portuguesa, está agora convencionado que se utiliza a forma do presente. No entanto, há uma oscilação entre o uso do auxiliar *dever* no sentido de |OBRIGAÇÃO| e o uso da forma do presente.

A própria Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2010⁽³⁾, que, entre outras disposições, sistematiza a redacção dos actos normativos e determina o uso da forma do presente, não é consequente neste sentido, pois ela própria utiliza para o imperativo legístico tanto o auxiliar *dever* como o presente do verbo principal.

No caso vertente, ao pretender traduzir *sempre shall* pelo auxiliar *dever*, introduzem-se várias ambiguidades no enunciado, pois o verbo *dever* tem as valências de |OBRIGAÇÃO|, |DEVER MORAL| e |PROBABILIDADE|.

Convém, pois, guardar a pluralidade de nuances do verbo *dever* para o preâmbulo dos actos legislativos (considerandos) e eliminar a ambiguidade da parte dispositiva (articulado).

Por exemplo, ao estabelecer que a Comissão “apresenta anualmente um relatório”, tem de estar excluído que ela possa ou não fazê-lo, ou que o faça por um qualquer dever moral. Na realidade, com esta fórmula legislativa a Comissão fica obrigada a apresentar o dito relatório no calendário estabelecido.

Não tem cabimento, portanto, a introdução desnecessária de ambiguidades num texto legislativo. Não pode ser essa a sua finalidade — uma vez que é coercivo por natureza, terá de ser claro e de modo algum deverá ser dúbio.

3) O efeito dominó

Já desde há tempos que discuto prazenteiramente com colegas a minha teoria do efeito dominó, expressão que me ocorreu perante um fenómeno que vai assumindo proporções avassaladoras — a substituição desnecessária e indevida de umas palavras por outras.

Por parecerem simplórias demais, por parecerem ter caído em desuso ou esquecimento ou, as mais das vezes, por despropositado barroquismo.

Este fenómeno de substituição ocorre com todas as categorias gramaticais — dos substantivos aos verbos, dos pronomes aos advérbios, dos sufixos às preposições. E como as substituições são feitas ocupando os espaços semânticos e sintácticos das proximidades, gera-se assim um efeito dominó, que pode ser um-a-um ou em cadeia.

Vemos isso bem nas frases e períodos longos, em que uma substituição feita a determinado passo condiciona logo a seguir a escolha de um outro termo ou articulação sintáctica.

Retomemos o exemplo citado no ponto 1, em que a substituição de *para* por *em relação a* está ligada à escolha da locução prepositiva *a fim de*, possivelmente para evitar uma ‘repetição’ de preposições:

— *se satisfizerem especificações ambientais mais rigorosas do que as previstas na presente directiva em relação à totalidade ou a parte do parque automóvel, a fim de proteger a saúde da população*

[if they comply with more stringent environmental specifications than those provided for in this Directive for all or part of the vehicle fleet with a view to protecting the health of the population]

Além disso, as palavras empurradas tendem a cair em desuso e desaparecer enquanto as ‘empurrantes’ tendem a ocupar o espaço semântico e a função sintáctica daquelas cujo lugar foram forçadas a

⁽³⁾ Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2010 que aprova o Regimento do Conselho de Ministros do XVIII Governo Constitucional e concretiza diversas medidas do programa de simplificação legislativa SIMLEGIS, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 197, 11 de Outubro de 2010, <http://www.dre.pt/pdf1s/2010/10/19700/0442104433.pdf>.

usurpar. E como este fenómeno se vai generalizando, alonga-se a lista das palavras recentemente desaparecidas ou esquecidas⁽⁴⁾.

Não é na substituição em si que reside o problema, é sim nos disparates que daí resultam quando ela é mal feita e pretensiosa, sobretudo quando a deslocação semântica vai de par com uma deslocação sintáctica, daí surgindo aparatosos contra-sensos:

i) Pronomes:

- *enquanto os outros concorrentes não receberam qualquer voto*
- *mas sem qualquer comprovativo que tenha realizado e concluído com aprovação qualquer disciplina do primeiro ano* (DN, 9.7.2012)
- *não temos quaisquer problemas com essa solução*

A substituição actualmente quase sistemática de *nenhum* por *qualquer* é um fenómeno muito interessante e bizarro, pois não tem paralelo nos outros advérbios ou pronomes de negação. É excepção única neste conjunto, pois a regra em português é a dupla negação:

- *Não tenho nada no frigorífico. Nunca faria nada que o magoasse. Não vi ninguém.*
- **Não tenho algo no frigorífico. *Nunca faria algo que o magoasse. *Não vi alguém.*

As formas marcadas com * não são generalizadamente aceitáveis, pois não têm dupla negação. Mas o mesmo não sucede com o pronome *qualquer*, caso particular de alargamento semântico.

O efeito dominó resulta da deslocação de *qualquer*, que ainda tem o significado de [INDIFERENCIADO] [ESTE OU AQUELE], para ir ocupar também o espaço de *nenhum*, que tem o significado de [GRAU NULO], daí provindo o forte empurrão de *nenhum* para o esquecimento.

ii) Verbos:

- *que tenha realizado e concluído qualquer disciplina* (DN — exemplo acima citado)
- *esta afirmação foi efectuada há mais de um ano* (Público)
- *antes do decurso desse prazo* [before that time limit] (memória Euramis)

A ânsia desatenta de substituir palavras que são talvez sentidas como demasiado simples e pouco expressivas leva a estes acidentes. É o que sucede aqui com o verbo *fazer*, coitado, que é vítima predilecta destas substituições, para as quais, aliás, também é viva a concorrência (*realizar*, *efectuar*, *executar*, *operar*, etc.) e frequente o pleonismo.

Note-se ainda o caso interessante da deslocação de uma forma verbal (*decorrido*) para a categoria substantivo (*decurso*), sem atender à diferença temporal entre uma e outra, o que representa dizer o contrário do que se pretendia: em vez de [ANTES DO FIM] acabou por ficar [ANTES DO INÍCIO].

iii) Prefixos:

- *a descompetividade da economia* (sic — discurso ministerial na AR)
- *a desorçamentação das verbas*

⁽⁴⁾ Esta ideia de palavras desaparecidas ou esquecidas foi-me trazida pelo Manuel Leal, que já há algum tempo se dedica a colecioná-las. Como foi ele quem me impulsionou a contribuir para «a folha», aqui fica o meu incentivo para ele finalmente escrever o artigo que tem planeado sobre o tema.

iv) Preposições:

— *Em relação a cada inscrição nas duas primeiras colunas, é especificada uma regra na coluna 3.* (memória Euramis)

[*For each entry in the first two columns a rule is specified in column 3.*]

— *Cada Estado-membro pode tomar as medidas que considerar adequadas em relação a esses bens.* (memória Euramis)

[*A Member State may take appropriate measures in respect of such goods.*]

— *em relação à totalidade ou a parte do parque automóvel* (exemplo mais acima citado)

[*for all or part of the vehicle fleet*]

As preposições *para* e *sobre* também parecem ser parentes pobres de que muitos não gostam, preferindo os ouropéis mais vistosos de *em relação a* e *relativamente a*, talvez porque não queiram tomar partido nas relações intersintáticas e procurem refúgio numa posição de “não me comprometa”.

Resta o consolo de saber que muitas destas fracas figuras também são frequentes em inglês. Mas é de pouca dura esse consolo, porque na realidade é um perigo!

Podemos resolver muitos destes problemas aplicando à gramática e ao processo de tradução as regras de cortesia e as boas maneiras para com o leitor.

Porém, isso não chega.

Na realidade, os tradutores de português das Instituições Europeias estão, na prática, entre dois fogos. Por um lado, há na língua inglesa a conhecida tendência para uma espécie de “*newspeak*”, fonte de muitas interferências indesejáveis. Por outro lado, trabalhamos com frequência crescente com textos originais cuja qualidade roça o catastrófico:

Please note that the dates of transition ...depends on the dates, the action/infringements has been established and respectively whether it have led to an administrative decision, a conviction, a fine or a penalty. (sic)

Assim, é tempo de reactivar a campanha **Fight the Fog** na redacção dos textos da UE, sobretudo os legislativos, mas intensificando-a para dar conta desta degradação. Isso poderia tomar a forma de uma campanha **Fight the Smog**, a conduzir em duas frentes — a redacção dos originais e a respectiva tradução.

jfs@consilium.europa.eu

Exoneração de responsabilidade: Os textos incluídos são da responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da Redação nem das instituições europeias.

A Redação é responsável pela linha editorial d'«a folha», cabendo-lhe decidir sobre a oportunidade de publicação dos artigos propostos.

Redação: Paulo Correia (Comissão); Valdemar Ferreira (PE); Manuel Leal (Conselho da UE); Victor Macedo (CESE-CR); António Raúl Reis (Serviço das Publicações)

Grupo de apoio: Ana Luísa Faria (Conselho da EU); Hilário Leal Fontes (Comissão); Susana Gonçalves (Comissão); Ana Lorenzo Garrido (Comissão); Joana Seixas (CESE-CR)

Paginação: Susana Gonçalves (Comissão)

Envio de correspondência: dgt-folha@ec.europa.eu

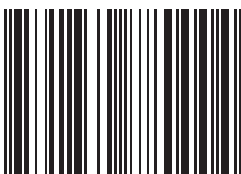
Edição impressa: oficinas gráficas do Serviço de Infraestruturas e Logística — Bruxelas (Comissão)

Edição eletrónica: sítio Web da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia no portal da União Europeia — <http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine>

Os artigos contidos neste boletim podem ser reproduzidos mediante indicação da fonte e do autor.

«a folha» ISSN 1830-7809

ISSN 1830-7809



9 771830 780004